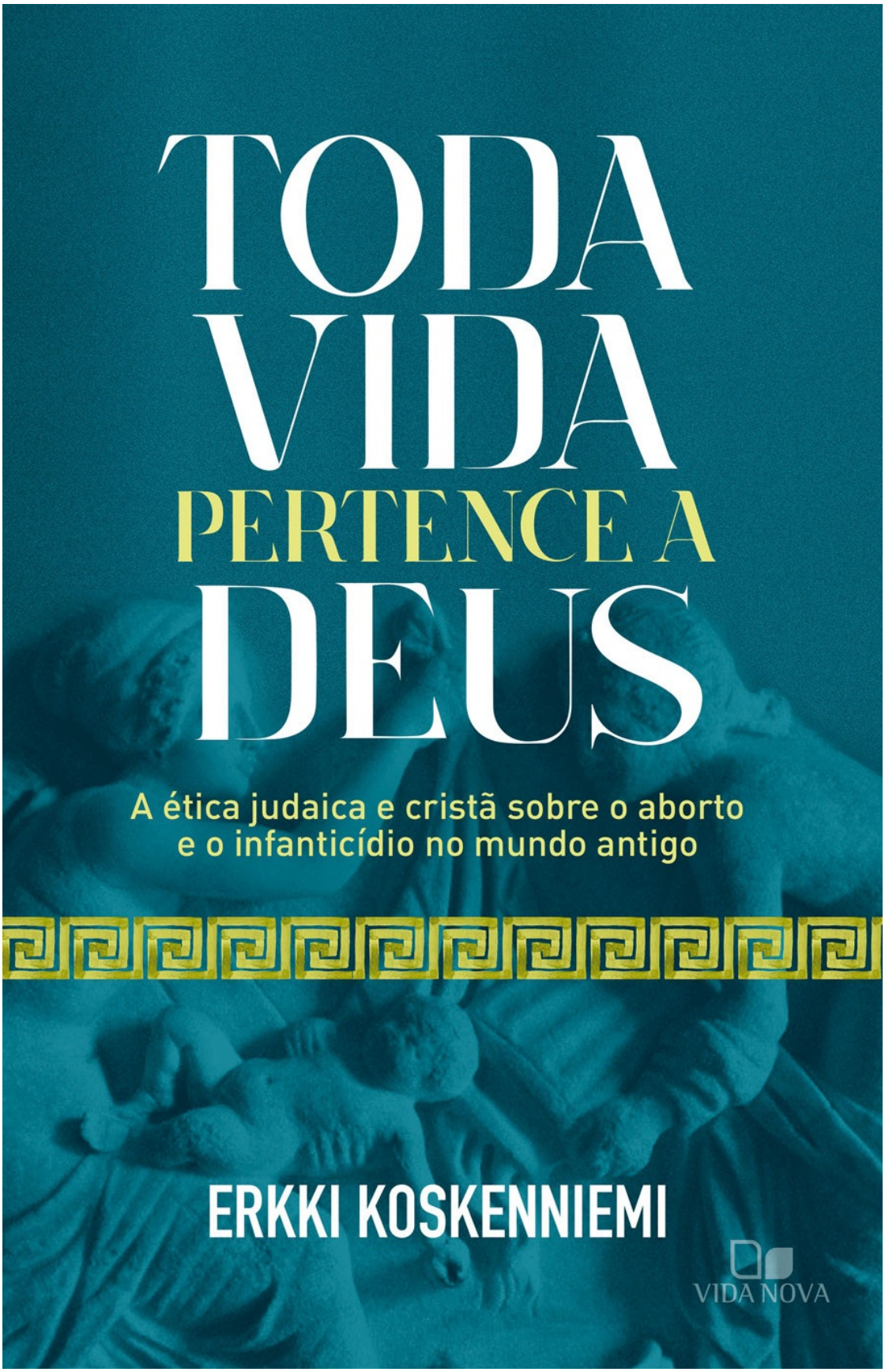
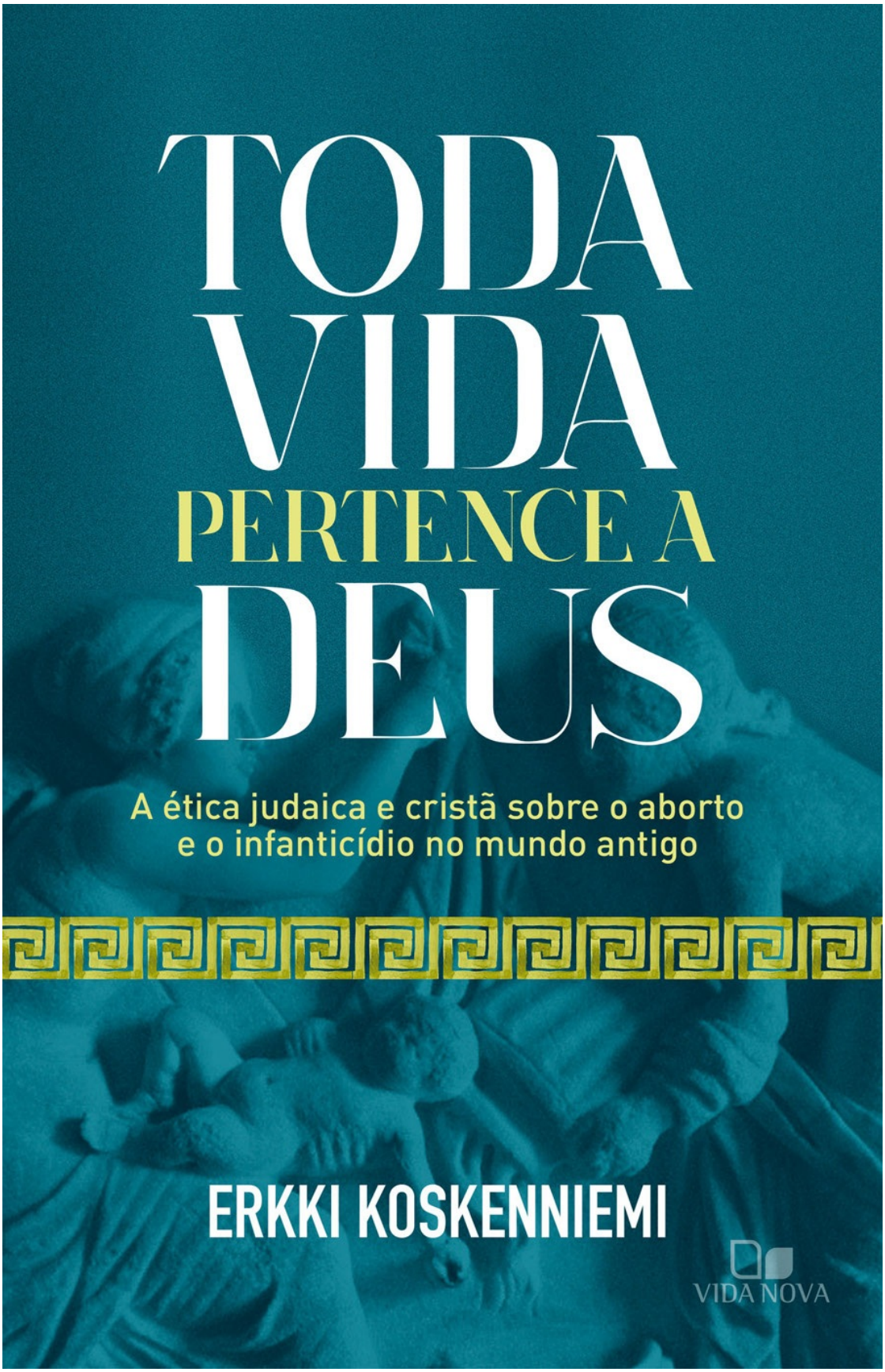

TODA VIDA PERTENCE A DEUS
A ética judaica e cristã sobre o aborto e o infanticídio no mundo antigo
ERKKI KOSKENNIEMI
VIDA NOVA


TODA VIDA PERTENCE A DEUS
A ética judaica e cristã sobre o aborto e o infanticídio no mundo antigo
ERKKI KOSKENNIEMI
VIDA NOVA

TODA VIDA PERTENCE A DEUS


CÓPIA NÃO AUTORIZADA
PROIBIDA
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Koskenniemi, Erkki

Toda vida pertence a Deus: a ética judaica e cristã sobre o aborto e o infanticídio no mundo antigo / Erkki Koskenniemi; tradução de Rogério Portella. — São Paulo: Vida Nova, 2023.

96 p.

ISBN 978-65-5967-232-5

e-ISBN 978-65-5967-231-8

Título original: All life belongs to God

1. Infanticídio – Aspectos religiosos 2. Aborto – Aspectos religiosos 4. Ética cristã 5. Ética judaica I. Título II. Portella, Rogério

23-6046

CDD 241.6976

Índice para catálogo sistemático:

1. Ética religiosa

TODA VIDA PERTENCE A DEUS

A ética judaica e cristã sobre o aborto
e o infanticídio no mundo antigo

Tradução
Rogério Portella

ERKKI KOSKENNIEMI

VIDA NOVA

©2012, de Erkki Koskenniemi

Título do original: All life belongs to God,

edição publicada pela WIPF & STOCK (Eugene, Oregon, EUA).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA

Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020

vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.a edição: 2023

Proibida a reprodução por quaisquer meios,

salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram traduzidas diretamente da New International Version (NIV). As citações com indicação da versão in loco foram traduzidas diretamente da Septuagint with Apocrypha: Greek and English (LXX).

DIREÇÃO EXECUTIVA

Kenneth Lee Davis

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ubevaldo Sampaio

EDIÇÃO DE TEXTO

Rosa Maria Ferreira

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Victoria Arrais

REVISÃO DE PROVAS

Célio Silva

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Reis Oliveira

CAPA

Wesley Mendonça (@falecomwesley)

CONVERSÃO PARA EBOOK

Cumbuca Studio

Sumário

Prefácio

Abreviaturas

1 “Vocês foram rejeitados...”

A prática gentia

2 “Pois tu criaste o mais íntimo do meu ser...”

Textos judaicos

3 “Não mate a criança que já nasceu...”

Textos cristãos

4 Por que judeus e cristãos não expunham crianças?

5 Eles não abandonavam — ou abandonavam?

Considerações finais

Bibliografia

Prefácio

Nos últimos anos, publicações renomadas como Le Monde Diplomatique e The Economist apresentaram estatísticas chocantes sobre o Extremo Oriente. Milhões e milhões de bebês do sexo feminino estão desaparecidas: caso lhes tenha sido dado o direito de nascer neste mundo, elas foram mortas logo após o nascimento. As estatísticas mostram que isso acontece da Armênia até a China e Taiwan, entre ricos e pobres, por pessoas de várias religiões. A razão pela qual os pais preferem os meninos às meninas é que, de acordo com um provérbio indiano, eles "não querem regar o jardim do vizinho": os meninos cuidarão dos pais quando envelhecerem, mas as meninas tornam-se parte de outras famílias, levando consigo uma quantia significativa como dote. Eis a razão pela qual abortos seletivos deram fim à existência de incontáveis meninas: toma-se a decisão com a ajuda de um aparelho de ultrassom barato, ou mesmo com a eliminação após o nascimento.

De acordo com o Le Monde Diplomatique (julho de 2006), nascem 126 meninos para cada 100 meninas no Punjab (Índia), e até 138 em Cantão (China). Segundo o The Economist (394/2010), não menos que trinta ou quarenta milhões de meninas terão desaparecido somente na China por volta do ano 2020, e mais de cem milhões em todo o Extremo Oriente. Ninguém sabe quais serão as consequências do "generocídio" (The Economist) nessas sociedades. Sabe-se apenas que muitos jovens na Ásia procurarão esposas em vão: todas as jovens dos EUA não seriam suficientes para suprir a falta na China e, se olharmos para a totalidade da Ásia, teríamos de acrescentar as jovens da Europa ao número — e o resultado ainda seria muito pequeno.

Essas estatísticas alarmantes mostram o que pode acontecer quando as pessoas presumem contar com o direito de decidir sobre a vida dos seres humanos. No entanto, houve um tempo em que as crianças também foram expostas ou mortas na Europa. Durante a antiguidade clássica, gregos e romanos expunham ou matavam bebês, tanto meninas quanto meninos. Se os pais achassem que não precisavam do recém-nascido, essas sociedades raras vezes (ou nunca) restringiam o direito dos pais de se livrarem dele. No entanto, século após século, os mestres judeus se opuseram com veemência à prática, e os mestres cristãos seguiram seus passos logo após o surgimento da nova religião. É

interessante pesquisar suas razões e argumentos para a proibição. Em minha opinião, eles merecem um exame cuidadoso, talvez com mais urgência agora que nos outros quase dois mil anos. Eles também oferecem um novo olhar sobre o debate tradicional a respeito do aborto.

Este livro não trata de fenômenos modernos, mas se espera que ele apresente uma nova perspectiva para os debates de hoje. Ele foi escrito para pessoas que lutam com a questão do valor da vida humana nas fases iniciais, para pastores, bem como para mestres e médicos. Os interessados pela argumentação e discussão mais completas de outros estudiosos podem ler meu livro maior.[1] Escrevi o presente texto tendo em mente trazer o apelo de Habacuque à clareza "para que aquele que corre possa lê-lo" (2.2). No entanto, espero que este pequeno texto mostre por que em primeiro lugar os judeus e depois os cristãos ensinaram seus respectivos povos a honrar a vida concedida por Deus.

---

[1]Erkki Koskenniemi, The exposure of infants among Jews and Christians in Antiquity, The Social World of Biblical Antiquity, Second Series 4 (Sheffield: Sheffield Phoenix, 2009).

Abreviaturas

C. Ap.	Flávio Josefo, Contra Ápion
Apoc. Pe.	Apocalipse de Pedro
Apol.	Tertuliano, Apologética
1Apol.	Justino Mártir, 1Apologia
ANF	Alexander Robertson, James Donaldson, eds., The Ante-Nicene F
Barn.	Epístola de Barnabé
Cels.	Orígenes, Contra Celsum [Contra Celso]
CCL	Corpus Christianorum, Series Latina 1 (Turnholti: Brepols, 1954)
Did.	Didaquê
Diogn.	Carta a Diogneto
1En	1Enoque
Ep.	Basílio, Epístolas
FC	Hermigild Dressler et al, eds., The Fathers of the Church 1 (Washi
Apoc. Gr. Ed.	Apocalipse Grego de Esdras
Exam.	Ambrósio, Examerão
Hexem.	Basílio, Hexamerão
Inst.	Lactâncio, Divinae institutiones [Instituições divinas]
Leg.	Atenágoras, Legatio pro Christianis [Petição em favor dos cristãos
Nat.	Tertuliano, Ad nationes [Às nações]
NPNF	Philip Schaff, ed., A select library of the Nicene and Post-Nicene

Nupt.	Agostinho, Do casamento e da concupiscência
Oct.	Minúcio, Octavius [Otávio]
Paed.	Clemente de Alexandria, Paedagogus [O instrutor]
P. Oxy	Oxyrhynchus Papyri [Papiros de Oxirrinco]
PL	J.-P. Migne, ed., Patrologiae Cursus Completus, Series Latina (Pa
Ps.-Foc.	As sentenças de Pseudo-Focílides
GCS	Paul Koetschau, ed., Die Griechischen Christlichen Schriftsteller
Or. Sib.	Oráculos Sibilinos
Strom.	Clemente de Alexandria, Stromata
Symp.	Metódio de Olimpos, Symposium
t. Makh.	Tratado Makhshirin da Toseftá

1

“Vocês foram rejeitados...”

A prática gentia

Normalmente se conhece o mundo antigo por meio dos mestres da literatura mundial. Ao longo dos séculos, os estudiosos selecionaram apenas obras-primas para serem copiadas para as gerações posteriores. No século 19, em especial, passou a ser utilizada outra forma de registro: documentos escritos em pequenos fragmentos de papiros passaram a lançar luz sobre a vida cotidiana dos antigos. Esses documentos incluíam petições a funcionários, notas promissórias ou cartas particulares. Eles foram escritos e usados, talvez inseridos em embalagens ou no interior de um crânio humano. Não havia a intenção de preservá-los para serem escrutinados depois de dois mil anos. Um exemplo desses escritos é uma carta particular enviada por um homem chamado Ilárion à sua esposa, a quem se dirigiu como “irmã”, algo comum na correspondência da época. O documento é datado, de modo que sabemos que foi escrito em 17 de julho de 1 a.C. Nele se lê:

Ilárion para Ális, sua irmã, muitas saudações, e para meu querido Berous e Apolinário. Saiba que ainda estou em Alexandria; e não se preocupe se eles voltarem juntos [?], mas eu permaneço em Alexandria. Peço e imploro que tome cuidado com a criança e, se eu receber um presente em breve, enviarei a você. Se [Apolinário?] tiver um descendente do sexo masculino, que assim seja; se for do sexo feminino, exponha-a. Você havia dito: “Afrodísias, não se esqueça de mim”. Como posso me esquecer de você? Peço, portanto, que não se preocupe. O vigésimo nono ano de César, Pauni 23.

Esta bela carta pessoal foi realmente escrita há dois mil anos. Aqui observamos as palavras: “Se [Apolinário?] tiver um descendente do sexo masculino, que assim seja; se for do sexo feminino, exponha-a”. A ordem é clara: uma criança indesejada deve ser lançada fora de casa e deixada sem cuidados. Essa carta não é de forma alguma a única fonte de informação sobre a exposição ou abandono de crianças recém-nascidas. A prática aparece na mitologia, nos dramas e nas histórias reais.

Os mitos greco-romanos mencionam a rejeição e a exposição de crianças. A história mais conhecida é de um menino cujo nascimento foi marcado por uma terrível profecia. Seus pais, com medo de que ela se cumprisse, mandaram pregá-lo pelas pernas a uma árvore, até que uns pastores o libertaram. O menino cresceu e recebeu o nome de Édipo, “aquele de pés inchados”. Em outra história de crianças rejeitadas, Rômulo e Remo, os fundadores de Roma, foram alimentados por uma loba.

As comédias refletem a vida cotidiana de gregos e romanos com mais fidelidade que os mitos. Plauto e Terêncio, por vezes, incluem a exposição infantil nas tramas de suas comédias: o pai ordenou que a criança fosse exposta, mas a mãe não conseguiu obedecer; ela deu o bebê a estranhos, anos depois a criança volta e é reconhecida por causa de uma joia, ou talvez por um amuleto protetor.

Tanto a mitologia quanto a comédia baseiam-se na imaginação, mas as fontes antigas frequentemente mencionam casos em que uma criança recém-nascida foi de fato exposta. O status social dos pais variava; eles poderiam ser pobres ou ricos. Alguns filósofos condenaram a exposição, mas não sabemos com que frequência ela era praticada. Aparentemente ela era comum, de modo especial quando a criança não era desejada ou nascia deformada.

Os estudiosos, às vezes, apresentam definições muito distintas para o termo “exposição”. Neste livro, os termos “exposição” e “abandono” são usados como sinônimos, e não significam que uma criança seja entregue a um mosteiro, ou diretamente a outra família para ser criada, ou que um pai venda a própria prole. Esses termos significam que um bebê recém-nascido é deixado sem cuidados durante seus primeiros dez dias. Esse período abrange as festas familiares gregas, romanas e judaicas habituais após o nascimento. Às vezes, os pais esperavam que alguém pegasse a criança e a alimentasse; às vezes, eles não se importavam ou até mesmo matavam a criança — nesse caso, o fenômeno é um pouco diferente. Seja como for, as duas práticas são descritas no livro.

A prática é bem conhecida entre gregos e romanos, embora os estudiosos raras vezes concordem em relação aos detalhes. É consenso que os problemas financeiros muitas vezes levavam à exposição. Às vezes, os pais simplesmente não tinham dinheiro para alimentar os filhos. Anos ruins ou guerras poderiam resultar em fome. De acordo com Apiano, o ano de 133 a.C. foi tão terrível que muitas crianças foram abandonadas. No entanto, as razões econômicas não envolviam necessariamente a falta de comida, pois mesmo as pessoas ricas

expunham seus bebês por não estarem dispostas a dividir seus bens entre numerosos filhos. Filósofos gentios criticaram os ricos por serem tão gananciosos e avarentos a ponto de abandonar os filhos. Muito cedo na história romana, e novamente durante o reinado de Constantino, a partir do ano 331 d.C., era legal vender os próprios filhos, o que reduziu o número de crianças expostas.

Muitos aspectos da prática gentia ofendem o leitor moderno, e um deles era uma razão culturalmente aceita para abandonar uma criança recém-nascida. O mundo mediterrâneo preferia filhos a filhas, e tanto no drama quanto na realidade parecia que meninas recém-nascidas eram abandonadas por causa de seu gênero. Alguns escritores gregos e romanos consideravam dois filhos e uma filha o tamanho ideal para uma família. Os papiros, que contêm muitas informações sobre a vida cotidiana, atestam que as famílias raras vezes tinham mais de uma filha. Não raro, as ordens do pai eram claras: a menina deveria ser exposta, o filho, criado. Não sabemos quantas meninas foram expostas ou quantas delas sobreviveram à exposição. No entanto, a prática parece ter sido tão comum a ponto de influenciar a estrutura da sociedade.

Crianças nascidas fora do casamento, ou antes dele, ou de outro homem que não o marido, podem não ser bem-vindas hoje. No mundo antigo, são conhecidos vários casos em que as crianças foram mortas ou abandonadas por esses motivos. Tais preocupações não apenas incomodavam as jovens de pequenas aldeias, mas os escândalos mais conhecidos atingiam até a família imperial. Augusto proibiu que sua filha Júlia alimentasse a filha bastarda. Cláudio acreditava que o verdadeiro pai de sua filha era um escravo liberto e resolveu seu problema deixando-a sem cuidados.

O maior perigo para as crianças que sofriam exposição era não nascerem saudáveis. Os relatos de como os antigos romanos tratavam crianças deformadas são horríveis para o leitor moderno. Lívio relata que uma criança nasceu em Frusino sem uma distinção sexual clara. Os adivinhos consideraram a criança o presságio de um desastre e disseram às pessoas para removê-la do território romano e afogá-la no mar. Normalmente, os eventos transcorriam sem problemas, sem dúvidas religiosas. Era óbvio para Sócrates, no diálogo de Platão, que uma criança malformada seria expulsa. Sêneca — o filósofo que costuma levar em consideração a dignidade humana — escreve sobre a ira e diz que ela não deve dominar o homem. Isso não significa, no entanto, que ele não possa agir de forma resoluta e até violenta. Filhotes monstruosos nascidos de animais são mortos de forma instantânea, assim como aparentemente crianças

malformadas: “Destruímos a progênie não-natural, afogamos até mesmo crianças fracas e anormais ao nascer. No entanto, a razão separa o prejudicial do sadio, não a raiva”.[1]

Nem sempre era fácil distinguir um bebê saudável de um doente. Todavia, poucas pessoas hoje são capazes de fazer a distinção de forma tão exata quanto Sorano, o médico, em seu manual. Ele apresenta critérios diferentes para a distinção e afirma sobre as crianças que não alcançam os padrões apresentados: “Reconhece-se a criança que não merece ser criada pelas condições contrárias às mencionadas”.[2]

Por vezes, crianças recém-nascidas eram abandonadas por causa de maus presságios surgidos na ocasião de seu nascimento. Deve-se mencionar aqui um estranho fenômeno romano, comparado ocasionalmente ao suicídio em massa. Por exemplo, quando o amado Germânico morreu, as pessoas se rebelaram contra seus deuses por meio da exposição de crianças. Mais tarde, em seu manual astronômico, Fírmico Materno descreveu os casos em que uma criança deveria ser criada e aqueles em que era melhor abandoná-la.

Não foi mencionada a razão mais simples para o abandono de um recém-nascido. Uma família poderia ser abastada, os genitores não objetariam ao gênero da criança, que nasceria com saúde, de pais casados. No entanto, era possível que os pais não precisassem da criança. A criança poderia então ser abandonada ou morta sem nenhuma dificuldade. Os pais não precisavam de outro motivo senão esse para matar ou abandonar a criança.

A prática da exposição aparece com frequência nas fontes, mas as fontes são incapazes de determinar a frequência da prática. A antiguidade clássica durou mais de mil anos, e a cultura greco-romana foi adotada em certa medida por muitas nações do Ocidente ao Oriente. O modo de vida variava em diferentes épocas e regiões entre as numerosas nações do mundo mediterrâneo, o que sempre torna perigosas as conclusões de caráter mais geral. Por exemplo, devemos estar cientes dos seguintes problemas ao fazer generalizações a respeito da frequência dessa prática.

1) As famílias eram pequenas na antiguidade clássica, mas a exposição talvez não fosse a única razão para isso. A mortalidade infantil era muito alta: até 50%

das pessoas morriam antes dos quinze anos. Se encontrarmos uma família pequena nas fontes, o motivo teria decorrido da exposição, da mortalidade infantil ou de alguma combinação das duas coisas?

2) Até pouco tempo, os estudiosos costumavam divertir seu público contando anedotas sobre a contracepção e o aborto da antiguidade. Um amuleto seria incapaz de evitar a gravidez e um ovo de corvo na soleira da porta não seria responsável por fazer que, ao pisar nele, a mulher abortasse; contudo, nossa visão sobre os meios de contracepção na antiguidade clássica mudou drasticamente, de modo que agora são reconhecidos como eficazes. A exposição não era, portanto, o único método de limitar o tamanho da família, mas até que ponto ela era necessária no planejamento familiar antigo?

3) Os estudiosos tentaram estimar como a exposição influencia a população, mas os problemas estimados são maiores que o esperado. Não sabemos quantas das crianças expostas morreram, foram acolhidas por famílias sem filhos ou foram criadas como escravas. Aparentemente, quando as guerras não levavam escravos ao mercado em tempos de paz, a maioria dos escravos consistia em enjeitados.

As perspectivas ilustram a dificuldade de adivinhar, até de forma aproximada, o número de crianças expostas. Poucos estudiosos se atreveram a oferecer uma estimativa da porcentagem. No entanto, Políbio, o historiador grego, afirmou que a prática esvaziou as cidades gregas. De qualquer forma, a exposição é mencionada com tanta frequência que deve ter sido comum e conhecida pelos antigos em sua própria experiência.

---

[1]Sêneca, De ira 1.15.2 [publicado em português por Companhia das Letras sob o título Sobre a ira].

[2]Soranus [Sorano], Gynecology, tradução de Owsie Temkin (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1956), p. 80.

“Pois tu criaste o mais íntimo do meu ser...”

Textos judaicos

OAntigo Testamento não contém uma proibição explícita sobre a exposição de crianças recém-nascidas. No entanto, textos judaicos escritos depois dos últimos livros do Antigo Testamento condenam a prática com frequência e severidade. Seria fácil explicar isso pela aplicação do quinto mandamento: não é permitido matar um bebê recém-nascido ou deixá-lo morrer. De fato, vários textos judaicos se referem a esse mandamento. Contudo, esse não é o único texto do Antigo Testamento que influenciou o judaísmo primitivo. Vários textos poderiam estar envolvidos no debate, embora não mencionem explicitamente a exposição.

O texto mais importante dessa longa história pode ser estranho até mesmo para pessoas com profundo conhecimento das Escrituras. Uma passagem legal de Êxodo descreve uma situação em que dois homens brigam e acabam machucando uma mulher grávida. O texto é ambíguo. Se não houver "ferimento grave" (Êx 21.22, NIV; em hebraico *'ason*), o infrator será multado. Se houver um "ferimento grave", ele deve dar "vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, hematoma por hematoma" (Êx 21.23-25). Em primeiro lugar, a passagem tem incomodado os exegetas, que não sabem quem foi ferido: a mãe ou o bebê. Em segundo lugar, a palavra *'ason* é problemática: parece denotar a morte, e todos os textos posteriores escritos em hebraico ou aramaico a interpretam com o significado da morte da mãe. Possivelmente, a razão seja de que um feto raras vezes recebe uma queimadura e é ainda menos provável que perca um dente.

A maioria dos estudiosos resolveu os problemas do texto hebraico ao presumir uma solução de que o texto aponta para direções diversas em fases diferentes. No entanto, a tradução grega do texto hebraico, a Septuaginta, tornou-se crucial para a cultura ocidental. Ela foi composta no terceiro século a.C., no Egito de língua grega, onde os judeus não sabiam hebraico o suficiente para ler as Sagradas Escrituras. A tradução dessa passagem resolve todos os problemas do original, mas altera o conteúdo: ela não trata da morte da mãe, e sim da criança. Todavia, essa não foi a única mudança no texto:

E se dois homens lutarem e golpearem uma mulher grávida, e seu filho nascer deformado, ele será forçado a pagar uma multa: conforme o marido da mulher impuser a ele, ele pagará de acordo com a avaliação. Mas, se a criança estiver perfeitamente formada, ele dará vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe (Êx 21.22-23, Brenton LXX).[1]

A tradução não trata da mãe, e sim do bebê; além disso, faz distinção entre um feto "perfeitamente formado" e um que não está. Ao que parece, a tradução não se refere à malformação, mas a um desenvolvimento adequado do feto. Talvez devêssemos observar o argumento em favor da punição de um assassino em Gênesis 9.6: "Quem derramar o sangue do homem, pelo homem o seu sangue será derramado; pois à imagem de Deus fez Deus o homem". Se o feto estiver "formado", o ofensor deve ser tratado como assassino; contudo, bem no início, o feto não conta com "a imagem de Deus".

A Septuaginta era usada apenas por judeus falantes de grego: como consequência, ela não explica porque os leitores do original hebraico rejeitavam a exposição. De qualquer forma, a passagem na Septuaginta influenciou muito a tradição judaica e, posteriormente, a cristã. No entanto, esse não era o único texto do Antigo Testamento onde o nascituro era considerado um ser humano ou onde se enfatizavam os cuidados com um bebê recém-nascido.

Algumas belas passagens contam como Deus criou o ser humano no ventre de sua mãe. Jeremias já havia sido escolhido para ser o profeta das nações antes de nascer (Jr 1.5). Em vários salmos, a obra de Deus como criador conduz a uma súplica comovente:

No entanto, tu me tiraste do ventre;

fizeste-me confiar em ti

mesmo junto ao seio de minha mãe.

Desde o nascimento fui lançado sobre ti;

desde o ventre de minha mãe tu tens sido o meu Deus (Sl 22.9-10).

Além de suplicar a Deus, os salmistas também dirigem louvores e ações de graças a ele. O salmo 139 louva especialmente a grandeza e a sabedoria de Deus:

Pois tu criaste o mais íntimo do meu ser;

tu me teceste no ventre de minha mãe.

Eu te louvo porque fui feito de um modo assombroso

e maravilhoso;

tuas obras são maravilhosas, disso eu sei muito bem.

Meu corpo não estava escondido de ti

quando fui feito no lugar secreto.

Quando fui tecido nas profundezas da terra, teus olhos

viram meu corpo informe.

Todos os dias determinados para mim foram escritos

no teu livro antes que um deles viesse a mim

(Sl 139.13-16).

Portanto, Deus amou um indivíduo quando ele estava no ventre de sua mãe e, por consequência, após o nascimento, quando o bebê precisava de cuidados (Sl 71.6). Deus ama seu povo como um pai ou uma mãe: da mesma forma que uma mãe é incapaz de “esquecer um bebê que ainda mama e não ter compaixão do filho que gerou”, Deus não pode esquecer-se de seu próprio povo (Is 49.15). A imagem vívida de Ezequiel é ainda mais relevante: Deus escolheu Israel como

se fosse uma menina recém-nascida e exposta. Ao mesmo tempo, a passagem apresenta uma imagem muito detalhada sobre a exposição:

No dia em que você nasceu, o seu cordão umbilical não foi cortado, nem foi lavada com água para limpá-la, nem foi esfregada com sal, ou enrolada em panos. Ninguém olhou para você com pena ou teve compaixão suficiente para fazer qualquer uma dessas coisas por você. Em vez disso, você foi jogada em campo aberto, pois no dia em que nasceu você foi desprezada. Então eu passei por ali e a vi mexendo os pés em meio ao sangue, e, enquanto você estava deitada ali em seu sangue, eu disse a você: "Viva!". Eu a fiz crescer como uma planta do campo (Ez 16.4-7).

Portanto, é verdade que o Antigo Testamento não inclui uma proibição clara da exposição. Essas passagens, contudo, são importantes para nós porque lançam luz sobre os princípios presentes nos tempos do Antigo Testamento. A prática era bem conhecida, pelo menos pelos judeus que viviam entre os gentios. A imagem desenhada em Ezequiel não era meramente metafórica em relação aos judeus. Essas passagens foram importantes e formaram o ambiente no qual os judeus refletiram a respeito da exposição. Afinal, esses textos com certeza permitiam aos devotos aplicar o quinto mandamento sobre o abandono e, claro, o assassinato de recém-nascidos.

O judaísmo primitivo produziu vários textos interessantes, como os Sibylline Oracles [Oráculos sibilinos]. Conhecemos diversas "sibilas" no mundo mediterrâneo. Elas eram profetisas gentias que mediavam as mensagens dos deuses para gregos e romanos. Suas profecias foram coletadas em versos chamados hexâmetros. O povo judeu não podia deixar de usar a ocasião: os hexâmetros das "sibilas" foram então forjados para apoiar a crença e a ética judaicas. Esses versos de fato eram endereçados a leitores gentios, mas certamente também a judeus duvidosos de sua tradição por causa da pressão vivida entre as nações. Mais tarde, também os cristãos usaram o mesmo método com avidez. Os hexâmetros foram escritos por várias mãos em séculos diferentes. Duas "sibilas" judias lidaram com a exposição.

A "terceira" sibila, que aparentemente viveu no Egito no segundo século a.C.,

escreveu de forma bastante positiva a respeito dos gentios. O escritor, pela boca da “sibila”, anuncia uma instrução muito simples: os gentios devem rejeitar a idolatria e servir ao Deus vivo. Além disso, devem evitar o adultério e a homossexualidade e criar todos os filhos nascidos deles, “pois o Imortal está irado com qualquer um que cometer esses pecados”.[2] Isso significa que a exposição é fortemente enfatizada nesses escritos: é uma das poucas coisas mencionadas como distintivas quando a fé judaica é apresentada aos gentios.

A “segunda” sibila escreveu seus hexâmetros após a “terceira”, talvez na época de Jesus. A atitude para com os gentios agora é totalmente diferente. A história do mundo é dividida em dez gerações. Pouco antes do fim do mundo, os justos são diferenciados dos ímpios, sendo o critério o seguinte: “Mais uma vez, as que contaminaram a carne com a licenciosidade, ou tantas quantas desfizeram a cinta da castidade por relações secretas, tantas quantas abortaram o que traziam no ventre, todas as que ilicitamente rejeitaram a sua descendência”.[3] Esta passagem menciona uma razão pela qual o justo juízo divino se abaterá sobre as pessoas ímpias: elas abandonaram seus filhos. Conhecemos várias passagens semelhantes em que a exposição é frequentemente mencionada com o aborto. Esses dois são considerados crimes indescritíveis, que separam os ímpios dos justos.

O Primeiro livro de Enoque consiste em uma série de textos cujas partes são de difícil datação. Ao que parece, a seguinte passagem foi escrita por volta de 100 d.C., ou talvez até antes:

Naqueles dias, elas ficarão grávidas, mas elas [as pecadoras] sairão e abortarão seus filhos e os expulsarão de seu meio; elas [também] abandonarão seus [outros] filhos, lançando-os fora enquanto ainda estão amamentando. Elas não voltarão para eles [seus bebês] nem terão compaixão de seus entes queridos.[4]

Vários outros textos judaicos e mais tarde textos cristãos descrevem as terríveis punições infligidas aos pecadores após a morte. The Greek Apocalypse of Ezra [O Apocalipse Grego de Esdras], escrito depois de 150 d.C., descreve tais punições em detalhes:

E eu vi uma mulher suspensa e quatro feras estavam mamando em seus seios. E os anjos me disseram: “Ela deu seu leite de má vontade e jogou crianças nos rios”. E vi uma escuridão terrível e uma noite sem estrelas ou lua. Não há nem jovem nem velho, nem irmão com irmão, nem mãe com filho, nem mulher com marido. E eu chorei e disse: Ó, Senhor, Senhor, tem misericórdia dos pecadores.[5]

Filo de Alexandria pertencia à elite judaica de sua cidade e havia recebido uma excelente educação grega no centro do mundo erudito. Embora seu tom difira dos textos citados, ele condena inequivocamente a exposição em extensas passagens e a considera assassinato. Seu principal argumento é a passagem da Septuaginta citada acima: porque o fim de uma vida não nascida merece a sentença de morte, a exposição constitui um caso ainda mais claro. Voltaremos às extensas passagens de Filo mais adiante neste livro.

Na verdade, as palavras de Filo representam com clareza os pontos de vista dos mestres judeus do Egito. Josefo, por sua vez, cresceu na Palestina. Após a queda de Jerusalém (70 d.C.), ele defendeu o judaísmo de ataques antijudaicos em sua obra Contra Ápion. Ele escreveu assim:

A Lei ordena que toda a prole seja criada e proíbe as mulheres de provocar o aborto ou dar cabo do feto; uma mulher condenada por isso é considerada infanticida, pois destrói uma alma e diminui a raça.[6]

Como Josefo vivia na Palestina e aparentemente não tinha nenhuma educação grega digna de menção, foi pouco influenciado pela tradução da Septuaginta. No entanto, ele também considera a rejeição da exposição uma parte distinta do judaísmo. Também é importante que se refira às consequências legais: uma mulher que expôs seu filho foi considerada infanticida.

É lamentável que tenhamos apenas fragmentos da rica literatura judaica escrita no tempo de Jesus. As poucas obras existentes mostram como os mestres judeus ensinavam o caminho de Deus ao povo. Contamos com pequenos fragmentos de manuais éticos, predecessores dos catecismos cristãos. Às vezes, eles mencionam o dever de criar todos os filhos nascidos com vida.

Dois textos cristãos, a Epístola de Barnabé e a Didaquê, preservaram um fragmento de uma obra judaica perdida. Esse manual de ética continha uma proibição da realização de abortos e do abandono de recém-nascidos. Voltaremos a essa obra quando tratarmos dos textos cristãos.

Focílides foi um famoso poeta grego e, séculos após sua morte, na época de Jesus, um judeu anônimo forjou versos sob seu nome. Aqui, como no caso das "sibilas", um judeu fingiu ser um escritor gentio. Nesse caso, entretanto, os versos não tratam do futuro, mas de instrução ética. Vários versos talvez se refiram à exposição, mas as seguintes palavras certamente o fazem: "Não permitam que uma mulher mate o bebê por nascer em seu ventre, nem depois de seu nascimento lance-o como presa aos cães e abutres".[7] Conhecemos vários manuais éticos judaicos. Alguns deles foram reutilizados em textos de Qumran, e Josefo também usou um ou vários deles em Contra Ápion, citado anteriormente. Parece que pelo menos muitos deles proíbem a exposição.

Na verdade, é estranho que as partes mais antigas da literatura rabínica, a Mishná e a Toseftá, não proíbam inequivocamente a exposição. Mesmo assim, um olhar mais atento revela que elas contêm passagens importantes para nós. Mostram que a exposição era proibida, mas às vezes ocorria. É importante notar que o aborto era permitido apenas para salvar a vida da mãe. Essa regra era levada muito a sério, sendo necessária uma decisão judicial para prosseguir com o aborto. Além disso, as decisões dos juízes definiam com exatidão a fase da gestação após a qual a criança não deveria ser morta nem para salvar a vida da mãe. Portanto, é difícil acreditar que quem emitiu esses regulamentos — ou os seguiu — teria permitido o assassinato ou a exposição de uma criança recém-nascida.

Os textos judaicos mencionam diversas vezes indivíduos com deformidades, às vezes de pessoas com problemas identificados logo após o nascimento. De fato, não está claro se os pais poderiam diagnosticar uma deformidade como a cegueira em uma criança (cf. Jo 9). No entanto, às vezes são mencionadas crianças nascidas prematuramente, bem como, com mais frequência, bebês cujo gênero não era claro. Os escritos rabínicos dão vários conselhos sobre o tratamento dessas crianças quando adultas. Jesus também as menciona (Mt 19.12). Ao contrário dos gregos e dos romanos, os judeus permitiam que essas crianças vivessem, embora suas deficiências fossem óbvias.

Os judeus protegiam com zelo o seu povo do sangue gentio. Os casamentos

mistos eram proibidos e, se ocorressem, as crianças nascidas nessas famílias pertenceriam à classe mais baixa da sociedade. Mas e as crianças enjeitadas? Elas pertenceriam de alguma forma ao povo escolhido? As respostas dadas pelos rabinos variavam. Alguns consideravam um fator determinante a população da cidade em que a criança foi encontrada: se a maioria fosse judaica, o enjeitado era considerado judeu; se consistisse em gentios, a criança era considerada gentia. No entanto, um ditado atribuído ao rabino Judá, o mestre influente, sem dúvida era mais severo: “Se houvesse uma única mulher gentia ou uma única serva, suspeitava-se dela como quem teria abandonado o bebê”.[8]

O rabino Judá, assim, não considerava possível que uma mãe judia abandonasse o filho. Outros mestres parecem ter lidado de forma mais realista com a prática: ela era proibida, mas ocorria algumas vezes, ainda que sua frequência seja desconhecida. No entanto, é importante perceber que as autoridades religiosas parecem ter feito todo o possível para evitar esses casos.

Portanto, numerosos textos judaicos tratam da exposição. Eles proíbem a prática de forma frequente e severa. Esses textos foram negligenciados muitas vezes e de forma injusta. Eles mostram com clareza a diligência com que os primeiros cristãos imitaram seus predecessores.

---

[1]As citações da Septuaginta (LXX) foram extraídas diretamente da tradução de Lancelot C. L. Brenton: Septuagint with Apocrypha: Greek and English (Peabody: Hendrickson, 1851, reimpr. 1990). (N. do T.)

[2]Or. Sib. 3.762-6.

[3]Ibidem, 2.279-82.

[4]1En 99.5.

[5]Apoc. Gr. Ed. 5.1-3.

[6]C. Ap. 2.202 [publicado em português por Editora Juruá sob o título Antiguidades dos Judeus: Contra Apion].

[7]Ps.-Foc. Sententiae, 184-5.

[8]T. Makh. 1.8.

3

“Não mate a criança que já nasceu...”

Textos cristãos

Os cristãos logo começaram a condenar a exposição. Certamente, o Novo Testamento não contém nenhuma passagem que trate diretamente desse tema. Contudo, Efésios 6.4 pode se referir a ele: “Pais, não irritem seus filhos; em vez disso, criem-nos no treinamento e na instrução do Senhor”.

A palavra usada comporta um significado específico de “criar”, até mesmo “sustentar”, mas não “educar” ou algo semelhante. No contexto em que alimentar os próprios filhos não era algo evidente, uma leitura que incluísse a exposição era plenamente possível.

Não obstante, a sentença contrária à exposição logo apareceu. Os textos mais antigos mostram quão fortemente os mestres cristãos se apoiaram em seus predecessores judeus.

A Epístola de Barnabé, escrita no Egito logo após 100 d.C., descreve dois caminhos possíveis aos leitores, o caminho da luz e o caminho das trevas. A exposição é mencionada duas vezes nesse contexto. Os cristãos que percorriam o caminho da luz receberam as seguintes instruções: “Não aborte um feto nem mate a criança que já nasceu”.[1] De modo contrário, os que se encontram no caminho das trevas são descritos da seguinte forma: “Pois amam o que é vão e buscam a recompensa, sem demonstrar misericórdia aos pobres nem se afadigar pelos oprimidos; eles são propensos à calúnia, não conhecendo quem os fez; assassinos de crianças e corruptores do que Deus formou”.[2] Quando a Didaquê, uma importante obra cristã antiga, veio à luz em 1873, os estudiosos logo perceberam que ela também incluía conselhos sobre esses dois caminhos. As passagens sobre a exposição também são muito semelhantes: “Não roube, não pratique magia, não use poções encantadas, não aborte um feto nem mate a criança que nasceu”.[3] Acrescenta ainda: “Pois amam o que é vão e buscam a recompensa, sem demonstrar misericórdia aos pobres nem se afadigar pelos oprimidos, nem conhecendo quem os fez; assassinos de crianças e corruptores do que Deus formou”.[4]

Os dois textos cristãos antigos contêm semelhanças na redação neste ponto e em algumas outras partes. Uma discussão acalorada logo levou a um consenso

acadêmico. Nenhuma das obras se baseia diretamente na outra: os escritores usaram uma fonte comum. A fonte, agora perdida, era uma obra judaica, escrita para as missões judaicas, internas ou não, como se presumia a princípio. A Carta de Barnabé contém críticas amargas aos judeus, mas isso não impediu o escritor de incorporar uma obra judaica, parcialmente palavra por palavra, em sua instrução ética. A Didaquê, escrita por volta de 110-120 na Síria ou na Palestina, reutiliza a obra judaica como um catecismo batismal: logo após a passagem sobre os dois caminhos (caps. 1—6), o escritor menciona o batismo, realizado após a conclusão da instrução ética (7.1). Isso significa que o cristianismo recebeu a proibição da exposição de bebês recém-nascidos da religião de sua origem.

Também temos conhecimento de outros textos cristãos antigos que rejeitam o abandono. Dispomos apenas de dois fragmentos de um Apocalipse atribuídos a Pedro. Deles, o fragmento etíope, encontrado em 1910, encontra-se mais próximo do original perdido. Os discípulos fazem perguntas ao Senhor sobre as últimas coisas. As respostas incluem os vários castigos infligidos aos pecadores após a morte. Um pecado digno de punição severa é o aborto, mas segue uma passagem que trata do nosso tema:

Lá em cima, outros homens e mulheres estão nus. Seus filhos estão diante deles em um lugar encantador. Enquanto os filhos choram, também gemem e clamam a Deus contra seus pais: “Eles nos negligenciaram e nos amaldiçoaram, e, violando o teu mandamento, mataram-nos. Amaldiçoaram o anjo que nos formou e nos afastaram. Eles desprezaram em nós a luz que tu deste a todos”. O leite de suas mães escorre dos seios delas. Ele se torna grosso e apodrece. Animais carnívoros encontram-se no interior dele, e entram e saem dele, e elas são punidas para sempre junto com seus maridos. Pois eles abandonaram a Lei de Deus quando mataram seus filhos. Contudo, as crianças serão entregues ao anjo Temlakos. Seus assassinos serão punidos para sempre, porque Deus assim o exige.[5]

O Apocalipse de Pedro parece ter sido uma obra influente, uma vez que Clemente de Alexandria se refere a ele, e os fragmentos mencionados foram escritos em línguas diferentes. A obra segue a tradição judaica: de acordo com

ela, os leitores eram informados com detalhes sobre os acontecimentos após a morte e o juízo final.

A pressão sobre os cristãos aumentou no final do segundo século. A hostilidade contra eles era particularmente forte entre os níveis mais baixos da sociedade e, às vezes, a fúria da multidão ocasionava violência e até assassinato. Nessa situação, alguns cristãos que receberam um alto nível de educação formal escreveram defesas da fé dirigidas de modo especial à elite grega e romana, tentando mostrar que os cristãos eram indivíduos respeitáveis e bons cidadãos. É interessante que a exposição foi mencionada várias vezes nesse contexto.

Justino Mártir (martirizado c. 163-167 d.C.) escreveu a primeira defesa da fé cristã que conhecemos. Sua Primeira apologia foi escrita por volta de 156, quando Policarpo, o antigo bispo de Esmirna, foi queimado vivo. Os cristãos eram acusados de literalmente comer crianças em suas reuniões: a acusação era comum, de longa data no mundo grego, e já havia sido feita contra os judeus. A propaganda religiosa valeu-se dela contra vários grupos. Agora ela havia sido reutilizada contra os cristãos, e isso era especialmente perigoso por ter sido proferido por Frontão, o homem de confiança do imperador romano Marco Aurélio. Depois de algumas décadas, as acusações foram dirigidas contra os sacerdotes púnicos, o que levou à crucificação deles. Portanto, as acusações eram extremamente perigosas. Justino escolheu contra-atacar para defender seus companheiros cristãos.

Quanto a nós, no entanto, aprendemos que expor crianças recém-nascidas é papel dos homens perversos; isso aprendemos para que não prejudiquemos ninguém e não pequemos contra Deus, primeiro, porque vemos que quase todos assim expostos (não apenas as meninas, mas também os meninos) são levados à prostituição. E, assim como sabemos que os antigos criavam rebanhos de bois, cabras, ovelhas ou cavalos de pasto, agora vemos vocês criarem filhos apenas para esse uso vergonhoso; e, devido a essa mácula, uma multidão de fêmeas e hermafroditas, bem como pessoas que cometem iniquidades não mencionáveis são encontradas em todas as nações. E vocês recebem delas taxas, impostos e tributos, a quem deveriam exterminar de seu reino. E qualquer um que se valha de tais pessoas, além da relação sexual ímpia e infame, pode acabar mantendo relações sexuais com a própria prole, parente ou irmão.[6]

Justino tenta mostrar por todos os meios que os cristãos formavam o grupo ideal, nele era impossível o cometimento dos atos cruéis alegados. Como parte dessa intenção, Justino lembra a seus leitores a exposição de crianças recém-nascidas. Os cristãos rejeitavam a prática — como poderiam, portanto, literalmente comer os próprios filhos?

Outros apologistas deram continuidade ao trabalho de Justino. Atenágoras escreveu sua obra entre 168 e 170 e a dirigiu aos imperadores Marco Aurélio e Cômodo. Como Justino, Atenágoras também era um homem culto, sabia usar os modos das pessoas instruídas ao defender o cristianismo. Ele também escreveu sobre a exposição:

Mais uma vez, faz sentido pensar em nós como assassinos quando dizemos que as mulheres que praticam o aborto são assassinas e prestarão contas a Deus pelo aborto? O mesmo homem não pode considerar o que está no ventre um ser vivo e, por essa razão, um objeto da preocupação de Deus, e depois matá-lo quando veio à luz. Tampouco pode o mesmo homem proibir a exposição de uma criança que nasceu, alegando que aqueles que o fazem são assassinos, para em seguida matar a que foi alimentada. Ao contrário, permanecemos os mesmos e imutáveis em todos os sentidos: somos servos da razão, e não seus senhores.[7]

É fácil perceber que Atenágoras refuta as mesmas acusações que Justino e com os mesmos argumentos. Um grupo que rejeita estritamente o aborto e a exposição não mata seus próprios filhos. Assim, Atenágoras não apresenta uma descrição historicamente precisa dos cristãos, mas tenta defender seus companheiros cristãos contra a fúria da multidão ao escrever aos imperadores e às classes superiores.

Um escritor anônimo que compôs o texto conhecido por Carta a Diogneto também atrai a elite culta. A obra, escrita por volta de 176, retrata uma imagem idealista dos cristãos e de sua vida familiar: “Todo território estrangeiro é uma pátria para eles, toda pátria é um território estrangeiro. Eles se casam assim como todos e têm filhos, mas não os expõem quando nascem. Eles compartilham suas refeições, mas não seus parceiros”.[8]

Logo, a exposição surge mais uma vez de maneira interessante quando se apresenta o cristianismo. Os cristãos vivem em família de maneira comum, como indivíduos respeitáveis; no entanto, são fiéis aos votos matrimoniais e não abandonam os filhos. A prática é, portanto, muito importante na tradição apologética.

O mais fervoroso de todos os escritores apologéticos foi Tertuliano, do Norte da África, o primeiro apologista a escrever em latim. Ele escreveu duas defesas da fé, por volta do ano 200, e temos todos os motivos para citá-las de forma extensiva:

Entretanto, como já disse, a comparação entre nós não falha sob outro ponto de vista. Pois, se somos infanticidas em certo sentido, vocês também dificilmente podem ser considerados tais em qualquer outro sentido; porque, ainda que seja proibido matar recém-nascidos pelas leis, ocorre que nenhuma lei é contornada com mais impunidade, ou com maior segurança, com o conhecimento deliberado do público e a aprovação de toda esta era. No entanto, não há grande diferença entre nós: vocês apenas não matam seus bebês por causa de um rito sagrado, nem (como um serviço prestado) a Deus. No entanto, vocês os eliminam da maneira mais cruel, porque os expõem ao frio, à fome e às feras, ou então se livram deles com uma mais lenta morte por afogamento.[9]

Agora a língua mudou do grego para o latim, mas os argumentos permaneceram os mesmos. Tertuliano, no entanto, não é indulgente no contra-ataque. Ele rejeita a acusação de que os cristãos literalmente comiam os próprios filhos e recorda com ironia que essa era a prática exata de Cronos (Saturno), o pai de todos os deuses greco-romanos, de acordo com os mitos. Tertuliano retorna ao tema na segunda obra apologética (Apologeticus), escrita um pouco mais tarde:

Mas, no que diz respeito ao assassinato de crianças, como não importa se é cometido por causa de um objeto sagrado ou simplesmente por impulso próprio — embora haja uma grande diferença, como dissemos, entre parricídio e homicídio —, vou me voltar para as pessoas em geral. Pensem quantos dos que se aglomeram e anseiam por sangue cristão, quantos até mesmo de seus

governantes — notáveis pela justiça para com vocês e por suas severas medidas contra nós — podem acusar a própria consciência do pecado de levar seus filhos à morte? Para qualquer diferença no tipo de assassinato, é certamente a forma mais cruel matar por afogamento ou exposição ao frio, à fome e aos cães. A idade madura sempre preferiu a morte pela espada. Em nosso caso, sendo o assassinato terminantemente proibido, não podemos destruir nem mesmo o feto no útero, enquanto o ser humano retira sangue de outras partes do corpo para seu sustento. Impedir um nascimento representa apenas a morte mais rápida de um homem; nem importa se você tira a vida que nasceu ou destrói a que está para nascer. Trata-se de um homem em potencial, pois você já conta com o fruto na semente.[10]

Como costumava proceder, Tertuliano escreveu com fervor. Ele aqui tenta mostrar como os cristãos viviam de forma comum. No entanto, seus escritos permitem pouco espaço para o modo comum de vida greco-romano. A atitude de Tertuliano em relação ao casamento é bastante negativa, e suas atitudes rígidas acabaram por levá-lo ao movimento radical chamado montanismo em 213 d.C.

Minúcio Félix escreveu uma defesa da fé ligeiramente diferente. Tertuliano havia recebido educação esmerada e era versado na cultura greco-romana. Ele procurou rejeitar toda a educação gentia, e seu grito de guerra consistia em: “O que Atenas tem que ver com Jerusalém?”. Minúcio, ao contrário, seguiu os Diálogos de Platão e permitiu que três amigos íntimos discutissem o cristianismo. O primeiro atacou fortemente a nova religião, mas o segundo a defendeu. A exposição, é claro, é mencionada mais uma vez na defesa:

Ao sair em busca de aventuras amorosas promíscuas, gerando filhos aqui e ali, e abandonando mesmo os gerados sob seu próprio teto, você necessariamente deve reencontrar a própria linhagem e, por causa desse curso errático, tropeçar na própria prole. Assim, você planeja uma trama trágica de incesto, mesmo quando não está ciente disso. Nós, no entanto, provamos nossa modéstia não pela aparência externa, mas pelo caráter, para que com o bom coração nos apeguemos ao vínculo de um casamento; em nosso desejo de gerar descendentes, temos apenas uma esposa ou nenhuma.[11]

A apologia é bem tradicional: o cristão defende sua religião por meio de um contra-ataque. Os cristãos não devem ser considerados criminosos, mas os gentios devem, pois abandonam seus filhos e, além disso, praticam incesto, ainda que sem saber.

Teólogos como Clemente de Alexandria escreveram seus pensamentos sobre a exposição para o público cristão, de modo que o tom era muito diferente. No entanto, é claro que Clemente estudou com diligência os escritos de seus predecessores. Ele se refere ao risco do incesto quando gentios abandonam seus filhos e depois visitam bordéis.[12] Além disso, critica os indivíduos que cuidam bem dos animais de estimação, mas não têm misericórdia de crianças indesejadas e abandonam até a própria prole.[13] É notável que Clemente, como Filo, apoia-se na Lei Mosaica (Êx 22.30; Lv 22.27), que proíbe a remoção dos filhotes de um animal antes de ele ser amamentado por sete dias. No entanto, os homens não demonstram misericórdia: expulsam seus próprios filhos e, assim, perdem totalmente o direito ao casamento.[14]

O Apocalipse de Paulo foi aparentemente escrito no Egito por volta de 250 d.C. Neste texto, “Paulo” relata ter visto intermináveis torturas infligidas aos ímpios após o juízo final. Esses infratores incluíam também as pessoas que abandonavam os próprios filhos:

Mas eu suspirei e chorei, e perguntei: “Quem são esses homens e mulheres que são estrangulados no fogo e pagam suas penas?” E ele me respondeu: “Essas são as mulheres que contaminaram a imagem de Deus ao retirar crianças de seu ventre, e estes são os homens que se deitaram com elas. E seus filhos se dirigiram ao Senhor Deus e aos anjos incumbidos dos castigos, dizendo: “Maldita seja a hora de nossos pais, pois eles contaminaram a imagem divina quando detinham o nome de Deus, mas não observavam seus preceitos; eles nos deram por comida aos cães e para sermos pisados por porcos; outros foram jogados por eles em rios”. Contudo, os filhos deles foram entregues aos anjos do Tártaro, incumbidos de castigar, para conduzi-los a um amplo lugar de misericórdia. Todavia, seus pais e mães foram torturados com a punição perpétua.[15]

As raízes dos textos são claramente judaicas, mas também os cristãos já haviam descrito as punições infligidas após a morte. Crianças expostas agora acusam seus pais cruéis diante de Deus e de seus anjos. Seguindo a crença judaica, tarefas específicas são atribuídas a diferentes anjos. Algumas obras apresentavam os anjos como guardiães das crianças, outras declaravam que os anjos participaram da obra divina da Criação e, algumas, como o presente texto, relatam sobre os anjos que punem pecadores após a morte.

Os próximos textos já mostram os novos elementos dentro do cristianismo primitivo. Orígenes, o estudioso erudito, escreveu uma resposta a um ataque de Celso (c. 248), que havia sido publicado cerca de setenta anos antes. Celso havia, entre outras coisas, exigido que os cristãos deixassem este mundo o mais rápido possível e que não gerassem filhos, porque não estavam prontos para compartilhar o culto e a religião comuns. Orígenes respondeu que não era uma escolha livre dos cristãos acabar com a própria vida e acrescentou: “Deus permitiu o casamento, porque nem todos estão aptos para o aspecto superior, isto é, a vida perfeitamente pura; e Deus deseja que criemos todos os nossos filhos e não destruamos nenhum dos descendentes dados a nós por sua providência”.[16]

Um pensamento semelhante aparece nos escritos de Metódio. Ele compôs sua obra pouco antes do fim das perseguições e a intitulou Symposium [Simpósio]. Assim como Platão em seu famoso diálogo, Metódio relata uma discussão, mas os participantes de seu diálogo são mulheres, não homens, e o tema não é o amor (eros), mas a santidade (hagneia). Metódio elogia a castidade e considera o casamento apenas uma fase da história da humanidade. A humanidade abandonou primeiro o casamento entre irmãos e irmãs, depois a poligamia e, por fim, Cristo escolheu a castidade em lugar do casamento. No entanto, Deus ainda cria uma criança no ventre da mãe; portanto, é um pecado grave expor a criança, independentemente de ela ter nascido dentro ou fora do casamento. As crianças abandonadas são entregues a anjos da guarda e um dia acusarão os próprios pais diante do trono de Cristo.[17]

O reinado de Constantino, o Grande, mudou drasticamente a situação da igreja. Não eliminou todas as dificuldades, mas a nova era produziu novos problemas. A igreja agora alcançava camadas mais amplas da sociedade, em vez de pequenos grupos como no início. Isso também fez com que a questão da exposição se tornasse urgente tanto no Oriente quanto no Ocidente.

Basílio Magno, o mestre mais influente da Igreja do Oriente, nasceu em uma família rica com dez filhos. Sempre foi um homem com forte responsabilidade social. Isso se reflete em Hexamerão, texto em que trata da obra de Deus na criação. Basílio apresenta os pássaros como exemplos para os homens. As cegonhas cuidam dos próprios pais, e as águias, dos filhotes. Isso não é algo que todos os pássaros fazem:

Diz-se, entretanto, que a phene[18] não permitirá que ele pereça; ela o carrega e o cria com seus filhotes. Tais são os pais que, sob a alegação de pobreza, expõem seus filhos; é justo que lhes forneçam igualmente e sem preferência os meios de subsistência. Cuidado para não imitar a crueldade dos pássaros com garras em forma de gancho. Quando eles veem que seus filhotes são capazes, dali em diante, de encontrar o ar em seu voo, eles os jogam e os empurram com suas asas, e não cuidam deles.[19]

Cada linha escrita por Basílio tornou-se importante na Igreja do Oriente. Isso é especialmente verdade em relação às cartas que mais tarde foram designadas "canônicas". Uma delas aconselha como lidar com os cristãos que pecaram de maneira diferente. As mulheres que expuseram seus filhos são mencionadas aqui: "Uma mulher que deu à luz um filho e o abandonou na estrada, sendo capaz de salvá-lo e o negligenciou, ou pensou nesse meio para esconder seu pecado, ou foi movida por algum motivo brutal e desumano, deve ser julgada como no caso de um assassinato. Contudo, se ela for incapaz de sustentá-la, e a criança perecer por exposição e falta do necessário à vida, a mãe deve ser perdoada".[20]

Os pais que expuseram os filhos eram considerados assassinos. Isso tornaria o retorno à comunidade muito lento. Um assassino era tratado da seguinte forma: "Durante quatro anos ele deverá chorar, ficando do lado de fora da porta da casa de oração [...] depois de quatro anos passará a ser admitido entre os ouvintes e, durante cinco anos, sairá com eles. Ao longo de sete anos sairá com os ajoelhados, em oração. Durante quatro anos permanecerá apenas com os fiéis, sem participar da oblação".

As pessoas que matassem um homem sem querer eram condenadas a dez anos,

mas a exposição era aparentemente equiparada ao assassinato. É interessante ver que Basílio, tendo passado pela terrível fome do ano 369, é o primeiro pai da igreja a observar que, na verdade, todos os pais eram capazes de alimentar todos os seus filhos. Nesses casos, não era apropriado dizer que a mãe havia pecado ao expulsar o bebê.

Assim como Basílio, Gregório de Nissa e João Crisóstomo mencionaram e condenaram brevemente a exposição. No entanto, as palavras de Basílio foram cruciais para o desenvolvimento posterior da Igreja do Oriente.

Dos pais ocidentais, Lactâncio, um homem do norte da África, lidou com a exposição em Divinae institutiones [Instituições divinas]. A obra foi escrita durante as últimas perseguições e logo após o fim delas, e foi a primeira suma da teologia cristã. No sexto livro, Lactâncio escreveu de maneira extensa sobre o tema:

Portanto, que ninguém imagine que mesmo estrangular crianças recém-nascidas seja permitido — isso é a maior impiedade —, pois Deus sopra sua alma para a vida, e não para a morte. Mas os homens, para que não haja crime com o qual não sujem as mãos, privam a alma ainda inocente e simples da luz que eles mesmos não deram. Alguém pode, de fato, esperar que eles se abstenham do sangue de outros quando não se abstêm nem mesmo do seu próprio? Mas esses são, sem qualquer controvérsia, perversos e injustos. O que são aqueles a quem a falsa piedade obriga a expor seus filhos? Podem ser considerados inocentes os que expõem os próprios filhos como presa aos cães e, no que depender deles mesmos, matam-nos de maneira mais cruel do que se os tivessem estrangulado? Quem pode duvidar da impiedade de quem dá ocasião à desgraça alheia? Pois, ainda que tenha desejado que acontecesse à criança que ela fosse criada, sem dúvida não teria entregado a própria prole à servidão ou ao bordel? Mas quem não compreende, quem ignora o que pode ocorrer ou que costuma acontecer, no caso de cada sexo, mesmo por erro? Pois isso é demonstrado apenas pelo exemplo de Édipo, confundido com uma culpa em dobro. Portanto, é tão perverso expor quanto matar. Contudo, os verdadeiros assassinos reclamam da escassez de seus meios e alegam não dispor do suficiente para criar mais filhos; como se, na verdade, os meios estivessem no poder de quem os possui, ou como se Deus não tornasse os ricos pobres e os pobres ricos todos os dias. Portanto, se alguém for incapaz de criar filhos por causa da pobreza, é melhor abster-se do

casamento do que, com mãos perversas, estragar a obra de Deus.[21]

As Divinae institutiones [Instituições divinas] foram dirigidas a leitores não cristãos. De acordo com o sexto livro, publicado pouco antes do fim das perseguições, os homens deveriam demonstrar a religio para com Deus e a humanitas para com os seres humanos. A passagem citada oferece um exemplo desse princípio. Imediatamente antes, Lactâncio havia condenado os espetáculos com gladiadores e a sentença de morte. Ele fez um resumo ao descrever o valor da vida humana: “Portanto, com relação a esse preceito de Deus, não deve haver nenhuma exceção, é sempre ilegal matar um homem, pois Deus quis que ele fosse um animal sagrado (sacrosanctum animal)”.[22]

Após a perseguição, Constantino chamou Lactâncio para ensinar seu filho Crispo (317). Isso significa que Lactâncio seria o primeiro pai da igreja que poderia ocupar o centro do poder na nova situação.

O Hexamerão de Basílio causou profunda impressão em muitos leitores, incluindo Ambrósio de Milão (339-397), que mais tarde escreveu uma obra com título idêntico. Assim como Basílio, ele usa pássaros para exemplificar os homens. Eles mostram hospitalidade e cuidam dos mais velhos e dos filhos. Os homens podem agir de outra forma:

Por sua vez, as fêmeas de nossa espécie rapidamente desistem de amamentar mesmo a quem amam, ou, caso pertençam à classe mais rica, desdenham do ato de amamentar. Os pobres expõem os filhos e se recusam a assumi-los quando são descobertos. Mesmo os ricos, para que sua herança não seja dividida entre vários descendentes, negam sua progênie no próprio ventre. Com o uso de misturas parricidas, extinguem o fruto do ventre nos próprios órgãos genitais. Desta forma, a vida é tirada antes de ser concedida.[23]

À semelhança de Basílio, Ambrósio lida com diferentes temas, sobre como dividir com equidade a herança entre os filhos. No entanto, também condena a “crueldade excessiva quando abandonamos os próprios filhos”.[24]

Quando Agostinho (354-430) escreveu suas obras, a exposição havia sido proibida pelas leis terrenas. Isso não significou o esquecimento da prática, e Agostinho não deixa que sua opinião fique em dúvida. Ele muitas vezes rejeitou a contracepção, o aborto e a exposição em termos fortes. A última era considerada um pecado grave, mas Agostinho não considera necessário apresentar razões para este ponto de vista: uma "crueldade manifesta" é usada para cobrir um "pecado secreto".[25]

Agostinho escreveu muito sobre ética familiar e, assim como Basílio estabeleceu o padrão no Oriente, Agostinho tornou-se o mestre normativo no Ocidente medieval. Quando os dois rejeitaram a exposição com palavras fortes, o conceito da igreja foi fixado no Ocidente e no Oriente. A essa altura, vários sínodos locais já haviam condenado a prática.

---

[1]Barn. 19.5.

[2]Ibidem, 20.2.

[3]Did. 2.2.

[4]Ibidem, 5.2.

[5]Apoc. Pe. 8.5-10, tradução para o inglês de Buchholz.

[6]1Apol. 27.1-3, in: ANF [publicado em português por Paulus sob o título I e II Apologias].

[7]Athenagoras [Atenágoras], Leg. 35.6, tradução para o inglês de Schoedel [publicado em português por Paulus sob o título Petição em favor dos cristãos como parte da obra Padres apologistas].

[8]Diogn. 5.5-7, tradução para o inglês de Ehrman [publicado em português por Paulus sob o título Carta a Diogneto como parte da obra Padres apologistas].

[9]Nat. 1.15:3-8.

[10]Apol. 9.6-8, CCSL; 1:102-3, in: ANF.

[11]Pellegrino 31.4, in: ANF.

[12]Paed. 3.3.21.

[13]Ibidem, 3,4.

[14]Strom. 2.18.192-3.

[15]Apocalipse de Paulo 40, tradução para o inglês de James.

[16]Cels. 8.55 SC 150:300, in: ANF.

[17]Symp. 2.6.45.

[18]“Xofrango”, nas antigas versões, é uma tradução arbitrária de phene, que talvez fosse uma espécie de abutre.

[19]Hexem. 8.6, PG 29:177-80, in: NPNF.

[20]Ep. 217.52, PG 32:796, cf. tb. Ep. 199.33, PG 32:728.

[21]Inst. 6.20, in: NPNF.

[22]Ibidem.

[23]Hexem. 5.18.58 (FC 14:231).

[24]Exam. 5.18.61 (PL 14:246).

[25]Nupt. 1.17.

4

Por que judeus e cristãos não expunham crianças?

Os capítulos anteriores apresentaram brevemente os textos judaicos e cristãos que condenam a exposição de crianças. Agora é hora de examinar os argumentos usados pelos escritores para rejeitar a prática. É surpreendente perceber quão de perto os textos cristãos seguem os textos judaicos.

É impossível tratar a exposição como um problema isolado. Ela está intimamente ligada a questões mais amplas, como o papel do ser humano no mundo e na sociedade, a relação entre homens e mulheres e, de modo especial, entre Deus e os homens. Isso significa que devemos pacientemente começar com distanciamento e discutir as questões relacionadas para entender os argumentos mais fortes da maneira correta. A comparação com o modo de vida greco-romano da época mostra o quanto a ética judaica e cristã diferia dele.

Os seres humanos existiam antes do nascimento

Os textos citados anteriormente ilustram o antigo conceito hebraico de que os seres humanos existem antes do nascimento, no ventre da mãe. Esse ponto de vista, presente nos Salmos e em Jeremias (1.5), era um pressuposto cristão. Sem dúvida foi muito significativo que Lucas descrevesse o encontro de duas mães e dois fetos (Lc 1.44) e que Paulo aplicasse as palavras de Jeremias a si mesmo (Gl 1.15).

O conceito de que os seres humanos existem antes do nascimento não era desconhecido no mundo greco-romano. Fortes movimentos religiosos e filosóficos consideravam a alma mais antiga que o corpo. Além disso, alguns filósofos, como os pitagóricos, criam que os seres humanos possuíam a alma desde a concepção. Outros afirmavam que a alma se desenvolvia gradualmente

durante a gravidez, embora a maioria presumisse que a criança recebia a alma ao tomar o primeiro fôlego. É concebível que esses pontos de vista fossem compartilhados por judeus e cristãos. Tertuliano e Agostinho debatem entusiasmados o assunto com os filósofos, mas aparentemente não chegaram a um acordo quanto à exposição. O ponto de vista greco-romano era teórico, especulava sobre o momento em que o homem recebe a alma. A maioria deles tinha certeza de que a criança recém-nascida tinha uma alma, mas isso não parecia levar à conclusão de que a exposição era errada. De acordo com a lei romana, o feto fazia parte do corpo feminino e o aborto não era permitido. No entanto, deve-se observar que ainda assim a exposição não era proibida.

Casamento e filhos

Um elemento importante do mundo do Antigo Testamento consiste na atitude positiva em relação ao casamento e à família. O leitor do Antigo Testamento logo percebe ser vergonhoso não ter filhos, como atestam as histórias de Abraão (Gn 12—20) e Ana, a mãe de Samuel (1Sm 1 e 2). Muitos salmos belos espelham o sonho hebraico: viver entre o próprio povo, cercado por numerosos descendentes (Sl 128).

Deus disse aos primeiros seres humanos: “Sejam férteis e cresçam em número” (Gn 1.28). O judaísmo primitivo não considerava essas palavras uma bênção, mas sim um mandamento que precisava ser cumprido. Como consequência, uns poucos movimentos judaicos elogiavam a castidade. A maioria das pessoas considerava um dever casar-se e procriar. Às vezes, regras estritas eram estabelecidas: o casamento era obrigatório, um casamento sem filhos deveria ser encerrado e não era permitido ao homem se casar com uma mulher mais velha. Essas decisões aparecem tanto nos escritos de Filo quanto nos textos rabínicos mais antigos. A Mishná e a Toseftá também apresentam diversas opiniões em relação a quantos filhos eram necessários antes de o mandamento de Deus ser cumprido e o dever de procriar cessasse. Às vezes, essas regras podiam até regular quanto tempo era permitido abster-se de relações sexuais dentro do casamento: um período mais longo era permitido aos marinheiros e cameleiros que aos trabalhadores que viviam diariamente com a esposa, mas ninguém tinha permissão para negligenciar o mandamento divino.

A igreja primitiva tomou um caminho diferente da religião de onde procedeu. Isso ocorreu em parte por causa das palavras de Jesus, que valorizavam a castidade de uma forma estranha ao judaísmo. Alguns eram “eunucos porque assim nasceram”, mas outros eram “eunucos por causa do reino dos céus” (Mt 19.12). Paulo também estima a castidade (1Co 7). Mais tarde, novas ideias invadiram o cristianismo. Alguns hereges rejeitaram todo o Antigo Testamento, em particular a visão positiva do casamento e da família. Já o Novo Testamento critica os mestres que consideram o casamento um mal e a procriação um pecado (1Tm 4.3). No entanto, esses pontos de vista ganharam terreno na igreja primitiva e com frequência foram refutados de maneira muito branda, quando isso ocorria. Por exemplo, é difícil encontrar nos escritos de Tertuliano qualquer papel positivo da relação sexual, mesmo dentro do casamento. O texto de Gênesis 1.28, tão importante no judaísmo, foi interpretado de modo alegórico, referindo-se a bons pensamentos em vez de filhos. Os escritores que defendiam o casamento poderiam afirmar que a castidade era uma opção melhor, a opção de ouro, mas não havia razão para negligenciar o casamento, a opção de prata. Portanto, essas ideias diferiam de forma radical do pensamento judaico primitivo. No entanto, judeus e cristãos tentavam proteger a vida dos ainda não nascidos.

No mundo greco-romano, a sexualidade quase nunca se limitava ao casamento. No entanto, como o principal objetivo do casamento consistia em gerar filhos legítimos, ele era uma instituição forte. A decisão de casar-se ou não cabia ao indivíduo, mas a sociedade muitas vezes se mostrava interessada no número de filhos. No tempo de Jesus, isso significava que as autoridades e seus defensores, como Políbio e Sêneca, buscavam aumentar a população em vez de limitá-la. Augusto, por exemplo, encorajou os cidadãos a se casarem e a criarem mais filhos. Governantes posteriores como Trajano, os Severos, e mais tarde Constantino seguiram o exemplo na medida do possível. Considerava-se ter filhos uma virtude merecedora de elogios. No entanto, isso raras vezes parece ter levado ao que os governantes esperavam.

Crianças: o objetivo da relação sexual

Assim, as opiniões dos mestres cristãos diferiam das de seus colegas judeus. No

entanto, os dois grupos rejeitavam a exposição. Para os judeus, o casamento e a procriação eram um dever; para muitos pais da igreja, eram uma concessão da parte de Deus; mas nenhum deles aprovava a relação sexual sem a intenção de procriar, nem mesmo no casamento. Nas palavras de Agostinho, a relação sexual sem a intenção de procriar faz do casamento um bordel e implica um pecado de caráter venial no casamento. Por conseguinte, a tradição judaico-cristã negligenciou, por exemplo, a exortação de Provérbios 5 para "regozijar-se com a esposa da sua mocidade".

No mundo greco-romano conviviam lado a lado dois pensamentos distintos. De acordo com a tradição, a sexualidade não se limitava ao casamento. O objetivo do casamento consistia em gerar filhos legítimos, mas o que poderia ser caracterizado como casos de amor eram, como na Atenas clássica, uniões heterossexuais ou homossexuais fora do casamento. No mundo romano, a castidade significava que os homens deixavam intocada a esposa de estranhos, não que evitassem relações sexuais com escravos ou prostitutas. No entanto, havia também outro pensamento sobre a sexualidade, que se fortaleceu na antiguidade tardia. Os filósofos gentios, que viveram na época dos pais da igreja, muitas vezes viviam de acordo com padrões muito severos. A disciplina pregada pelos pais, sem dúvida, teve impacto sobre aqueles que consideravam ser sábio fazer apenas uma refeição a cada dois dias.

Contracepção e aborto: sim ou não?

Até pouco tempo atrás, os estudiosos supunham que os métodos contraceptivos antigos seriam muito ineficazes para serem usados no planejamento familiar, embora vários métodos fossem mencionados. Algumas passagens com recomendações de práticas mágicas tornam fácil rir de antigas práticas descabidas. No entanto, em 1992, John Riddle fez os estudiosos revisarem suas opiniões sobre os métodos antigos. Ele testou os antigos medicamentos — principalmente os recomendados por Sorano — em animais e redescobriu o antigo método de planejamento familiar. Os medicamentos se mostraram contraceptivos em até 100% dos casos e também produziram abortos precoces na maioria das vezes. Embora os medicamentos não tenham sido testados em seres humanos, grande parte dos especialistas não duvida mais de sua eficácia,

mesmo perguntando o quanto eram conhecidos fora do grupo de estudiosos antigos. Aparentemente, o caminho percorrido não se iniciou nos manuais até chegar às pessoas comuns, mas prevaleceu o inverso: a antiga medicina popular inventara os métodos registrados nos prontuários médicos. No mundo clássico, a contracepção era amplamente aceita, e o aborto era moralmente condenado apenas às vezes. As leis civis raras vezes — ou nunca — limitaram esses métodos antes que o estado se preocupasse de modo sério com a população decrescente, por volta de 200 d.C.

As fontes judaicas mencionam a contracepção muitas vezes. Uma característica comum da Mishná e da Toseftá consiste na citação frequente de opiniões diferentes e contraditórias de seus mestres religiosos. Havia temas sem discussão, como o monoteísmo, por exemplo, mas outros eram debatíveis. O dever de frutificar e crescer em número era explícito, mas não se sabia exatamente quando essa obrigação havia sido cumprida. Após o cumprimento do dever, alguns rabinos permitiam a contracepção para as mulheres: na opinião deles, o mandamento abrangia apenas os homens, enquanto outros diziam que a aplicação compreendia homens e mulheres. Também as opiniões variavam sobre o número de filhos necessários para cumprir o mandamento.

Só conhecemos declarações negativas sobre a contracepção entre os cristãos, e o motivo parece se encontrar na ética conjugal descrita acima. Se, de modo geral, o casamento fosse apenas uma concessão divina aos fracos, e os filhos representassem o único objetivo da relação sexual, haveria pouco espaço para métodos contraceptivos. No entanto, deve-se observar que muitos dos primeiros escritores atacaram ao mesmo tempo as relações sexuais irregulares e a contracepção; muitas vezes, é impossível saber o que o escritor cogitava sobre a contracepção no casamento. O primeiro escritor a condenar a contracepção parece ter sido Minúcio Félix, embora não seja fácil saber se ele se referia apenas à contracepção ou também ao aborto.[1] Apenas alguns escritores antigos foram capazes de distinguir a contracepção do aborto, pois os medicamentos ocasionavam abortos precoces. No entanto, após Minúcio, a contracepção foi rejeitada, por exemplo, por Hipólito, Jerônimo, João Crisóstomo e Agostinho.

Fontes judaicas condenavam o aborto de modo frequente e duro. Muitas vezes, ele surgia nas listas de pecados que nunca foram permitidos. Filo, Pseudo-Focílides e Josefo condenaram o aborto de maneira mais sucinta. As fontes rabínicas o permitem quando a vida da mãe está em perigo, mas sempre consideram o caso muito grave. A decisão de permitir a embriotomia era tomada

por um tribunal, e a permissão poderia ser rescindida quando emergia a cabeça do bebê. Os mestres cristãos concordaram com a rejeição do aborto, e as primeiras fontes cristãs que tratam do tema repetem as palavras dos escritos judaicos. Hipólito e Ambrósio condenaram o aborto mais tarde, no Apocalipse de Pedro. Tertuliano e Agostinho seguiram seus predecessores judeus ao permitir o aborto para salvar a vida da mãe.

As opiniões sobre a contracepção e o aborto não estão diretamente relacionadas com a exposição. No entanto, os comentários sobre elas lançam uma luz considerável sobre a ética sexual, à qual pertence a rejeição da exposição. As pessoas que condenavam a contracepção e o aborto como males demonstrariam com dificuldade alguma compreensão a respeito do abandono de crianças já nascidas. Além disso, os limites estritos da embriotomia, realizados para salvar a vida da mãe, por certo ilustram o pensamento ligado à vida da criança. Voltaremos à questão mais adiante.

A comunidade ideal não expõe as crianças

A religião dos judeus os separou de diversas áreas importantes da sociedade greco-romana. Ser diferente muitas vezes significava ser estranho e envolvia hostilidade e ressentimento. Como mencionado anteriormente, as perseguições originaram-se principalmente na fúria dos níveis mais baixos da sociedade, e os judeus costumavam buscar a ajuda de líderes esclarecidos. Os judeus contavam com uma forte tradição de apresentar sua própria nação como uma sociedade ideal que não era odiada por indivíduos razoáveis e bem-informados. Em escritos como a Hypothetica [Hipotética], de Filo, preservada em fragmentos, e Contra Ápion, de Josefo, enfatizava-se a moral superior dos judeus. As duas obras contam como os judeus condenaram o aborto, e pelo menos Josefo também relata que a exposição era rejeitada.

Os cristãos herdaram os problemas da religião que deu origem a eles. Um elemento comum da antiga propaganda religiosa era a acusação de que seus proponentes praticavam sacrifícios humanos. Como visto, Justino afirma que essa alegação perigosa foi reiterada contra os cristãos. Os apologistas, que dirigiam suas obras a pessoas com educação formal, muitas vezes enfatizavam

que os cristãos definitivamente não podiam matar e literalmente comer os próprios filhos, pois eles não podiam nem mesmo abandoná-los. O argumento foi usado por Justino, Atenágoras, Tertuliano, Minúcio Félix e na Carta a Diogneto.

Assim, os cristãos aqui também se valeram do argumento tomado por empréstimo dos judeus. Ao que parece, os escritores de ambas as tradições consideravam o argumento útil. Embora a exposição de crianças fosse legal no mundo greco-romano, a maioria das pessoas a considerava deplorável, uma triste necessidade. Assim, era útil apresentar os cristãos como um povo honrado que nunca se curvava à necessidade. Essas passagens não descrevem a vida real de judeus e cristãos, mas sim a vida da comunidade ideal, que não deve ser odiada e perseguida.

A exposição é cruel e contra a natureza

Filo afirma de modo especial que a exposição é uma prática cruel e, além disso, uma prática contra a natureza. Todo estudante da natureza percebe como as criaturas irracionais cuidam de seus filhotes. Só indivíduos sem coração e cruéis podem agir de outra forma e expulsar sua própria prole, destruindo o que a natureza formou.

O argumento de Filo flui do cerne de sua religião. A seu ver, Deus havia criado o universo e outorgado a lei mosaica: não admira que a lei seja compatível com o mundo e o mundo com a lei. Era fácil encontrar pontos de contato com a sabedoria greco-romana sob essa perspectiva: todos os pensamentos racionais eram compatíveis com a sabedoria de Deus ou mesmo derivados dela. Agora era fácil lembrar ao leitor como, em sua misericórdia, a lei mosaica proibia o abate de animais recém-nascidos e exigia que eles fossem amamentados durante sete dias (Lv 22.27). Como os homens poderiam ser mais cruéis que os animais?

A natureza representava uma forte autoridade especial para os filósofos estoicos, que consideravam a necessidade de viver em harmonia com ela. Assim, é compreensível que Musônio Rufo, o filósofo estoico, tenha sido o mais forte crítico da exposição, ao afirmar de maneira explícita que a prática contraria a

natureza. Os estudiosos são tentados a dizer que Filo aprendeu sua visão dos estoicos. No entanto, Musônio viveu depois de Filo, e não conhecemos o argumento dos filósofos anteriores. Além disso, Musônio não considerou a prática sempre errada, e dizia às pessoas para criarem a maioria de seus filhos. O argumento, portanto, é compatível com o desejo de aumentar o número de nascimentos na sociedade. Essa também parece ter sido a principal razão pela qual Plutarco afirmou que a natureza ensina aos homens o respeito aos filhos.

Seja como for, os filósofos judeus e greco-romanos diziam a seus seguidores para estudar a natureza e aprender com ela. Os cristãos estavam ansiosos para usar esses argumentos. Clemente de Alexandria com frequência fazia empréstimos de Filo, e o fez aqui também. Basílio enfatizou em particular exemplos da natureza no Hexamerão. Muitas ações dos pássaros eram — como ele acreditava — modelos para os homens ao cuidar de seus velhos e jovens. Algumas aves assumem a prole rejeitada por outras aves. Em contraste, Basílio sabe que algumas aves de rapina expulsam os próprios filhotes e adverte os cristãos a não proceder assim. Portanto, a natureza oferece bons e maus exemplos para a vida cristã. O modelo também foi seguido por Ambrósio no Ocidente. Seu trabalho foi igualmente intitulado Examerão e, como Basílio, Ambrósio escreveu sobre a exposição.

O destino da criança exposta — animais, escravidão ou bordéis

Os textos judaicos e cristãos fazem referência muitas vezes ao destino cruel da criança exposta. Uma imagem horrível que descreve como um pequeno ser humano morre de frio e fome deveria bastar. No entanto, os escritores apresentaram ousadamente situações piores: animais, escravidão, bordéis e até incesto.

As feras cruéis, devoradoras de crianças, já pertenciam à munição usada por Filo. Escritores judeus, como Pseudo-Focílides, e cristãos, como Tertuliano e Lactâncio, seguiram-lhe o exemplo. O perigo não era de forma alguma mera imaginação. Um bebê recém-nascido pode viver vários dias, embora não durante o inverno mediterrâneo, mas o frio e a fome não seriam rápidos o suficiente para matar a maioria das crianças expostas. Vários animais ainda frequentam os

monturos no mundo mediterrâneo, e é difícil acreditar que nos tempos antigos uma única noite passasse sem sua visita. O Antigo Testamento relata que cães comeram Jezabel, deixada insepulta na rua (2Rs 9.34-36), e exemplos de tempos posteriores também são conhecidos. Um rabino impediu o enterro de um herege no sábado, e no dia seguinte não havia mais nada para ser enterrado. Fontes romanas, como Sêneca e Fírmico Materno, com frequência mencionam animais — em especial aves e cães — ao falar sobre a exposição. Os argumentos usados pertenciam à dura realidade e não eram mero exagero.

Lactâncio afirmou que os pais entregavam os filhos abandonados à escravidão. Esse pode ter sido um destino comum, e talvez muitos pais esperassem por isso ao abandonar os filhos muito cedo pela manhã. Algumas fontes falam de indivíduos que de manhã cedo iam buscar crianças a fim de criá-las para serem escravas. O escritor de Hermas, do período da igreja primitiva, foi uma dessas crianças. Esses enjeitados são mencionados com tanta frequência que muitos devem ter sido escravos nos tempos antigos. De fato, durante as guerras, que trouxeram uma grande quantidade de prisioneiros para o mercado, o preço dos escravos era tão baixo que não havia razão para criar um filho recém-nascido com esse objetivo. No entanto, o argumento era uma excelente arma para o contra-ataque cristão, pois o dono podia fazer o que quisesse com a criança. Sêneca, o Velho, relata a história de um homem cruel, que recolhia enjeitados, mutilava-os e os mandava às ruas pedir dinheiro ao povo que se compadecia deles. Os oradores da obra de Sêneca — que, felizmente, eram ficcionais — consideram o homem muito cruel e ao mesmo tempo afirmam ter ele agido de acordo com a lei.

De modo especial, os escritores cristãos (Justino, Tertuliano, Minúcio e Lactâncio) costumam afirmar que os enjeitados cresciam para servir em bordéis. O argumento é duro, e Justino sem dúvida exagera ao dizer que quase todos os enjeitados, meninas e meninos, tinham que trabalhar na prostituição. No entanto, numerosos escritos registram que enjeitados foram criados para bordéis, e a pior fonte não é literária e ficcional, mas arqueológica e real. Em Ascalom, os arqueólogos escavaram uma casa de banhos, usada desde o quarto século d.C. até o sexto século. O cano de esgoto continha esqueletos de quase uma centena de crianças recém-nascidas. Ao que parece, a casa de banhos era um bordel que oferecia uma gama de serviços, incluindo-se prostituição. A maioria das crianças nascidas nele era jogada no esgoto logo após o nascimento. Os estudiosos conseguiram determinar o sexo das crianças mediante exames de DNA. Em dezenove casos de análises bem-sucedidas, catorze pertenciam a crianças do

sexo masculino e apenas cinco a crianças do sexo feminino. Ainda que, de forma geral, as meninas tenham sido expostas com mais frequência que os meninos, o número é anormal. À primeira vista, as meninas haviam sido poupadas para suceder suas mães. É triste acrescentar que a pedofilia não era regulada por leis, mas pelo mercado livre naqueles dias. Muitos romanos mantinham “crianças de estimação” para suas necessidades sexuais. Muitas vezes eram crianças enjeitadas e talvez deformadas, pseudo-hermafroditas ou anãs — muito apreciadas entre os romanos para esse fim.

Os mestres cristãos usaram de forma sucessiva um argumento contra a pedofilia e os bordéis em geral. Justino foi o primeiro autor conhecido por nós a afirmar que os gentios praticavam incesto involuntariamente quando expunham seus filhos e depois os visitavam em bordéis, para os quais eram levados. Tertuliano, Minúcio e Clemente de Alexandria repetiram a afirmação. Com certeza era o pior tipo de propaganda, mas ela tocou os leitores — não só pelo fato de o incesto constar entre as piores ofensas aos olhos de gregos e romanos. Entendemos que os pais que expulsaram os filhos não podiam deixar de olhar para as muitas crianças pedindo esmolas nas ruas. As mulheres davam presentes a elas por temerem que, ao agir de outra forma, deixassem de ajudar os próprios filhos. “Pobre mulher, caso saiba que a criança é dela; pobre mulher, caso ela não saiba”, afirmou Arélio Fusco ao descrever os sentimentos das mulheres que olhavam para as crianças expostas. Os apologistas cristãos direcionaram o público para atingir onde doía e, com certeza, atingiram o ponto.

A exposição contra as leis terrenas

Tertuliano afirmou com veemência que a exposição de crianças era ilegal. No entanto, não é fácil entender essa afirmação, pois se sabe de sua legalidade até o ano 374. Tertuliano não teria escrito algo que todos os seus leitores considerassem sem sentido. No entanto, às vezes ele usava uma munição bastante leve. Temos várias explicações para suas palavras. Alguns escritores afirmavam que Rômulo, o fundador de Roma, exigia que os cidadãos criassem todos os filhos e a primeira filha, mas o caráter dessa lei é claramente não histórico e reflete esperanças e ideais posteriores. Augusto tentou aumentar o número de filhos das famílias, e talvez Tertuliano tenha se referido de modo

indireto a ordens assim. Aparentemente, existiam algumas leis locais, e os imperadores romanos tentaram limitar o planejamento familiar logo após Tertuliano. No entanto, não conhecemos essas ordens em detalhes — isso significa que a afirmação de Tertuliano permanece enigmática.

A exposição contra a lei celestial

Os cristãos adotaram de seus predecessores judeus o argumento mais pesado contra a exposição: a lei de Deus não permite o abandono de crianças.

Como foi visto anteriormente, a lei mosaica não incluía uma regra inequívoca sobre a exposição, no entanto os judeus foram inflexíveis por várias razões. Em primeiro lugar, a palavra “lei” não significava necessariamente a lei escrita entre os judeus, mas às vezes uma interpretação convencional dela, isto é, quase todo o modo de vida judaico. Josefo, por exemplo, afirmava que a lei exigia que todos os filhos fossem ensinados a ler. A lei escrita e a não escrita estavam intimamente entrelaçadas.

Entretanto, os judeus também encontraram várias passagens na Torá que consideraram relevantes. Uma delas foi a passagem citada anteriormente, que na leitura da Septuaginta pune como assassino quem mata um feto (Êx 21.22-25). Filo extrai consequências lógicas: sendo errado matar um feto, sem dúvida também é errado matar um recém-nascido ou deixá-lo morrer. Muitos mestres cristãos, como Tertuliano e Agostinho, usaram o mesmo argumento para condenar o aborto. Além disso, outra passagem apresentada por Filo é Levítico 22.27: ela exige que os cristãos mostrem misericórdia para com os filhotes dos animais. É fácil para Filo usar o mesmo modelo usado antes: se as pessoas são intimadas a usar de misericórdia para com os filhotes de animais, permitindo-lhes a amamentação, como é possível as pessoas serem impiedosas para com os recém-nascidos e saírem impunes? Clemente de Alexandria usa o mesmo argumento — encontrado, sem dúvida, nas obras de Filo.

O argumento mais forte disponível a cristãos e judeus era a passagem que raras vezes foi apresentada de forma explícita. No entanto, o mandamento “Não matarás” (Êx 20.13) representou o argumento bíblico mais importante contra a

exposição. As longas passagens da obra De specialibus legibus [Das leis especiais] de Filo pertencem à interpretação desse mandamento. A obra judaica que foi perdida, usada tanto na Epístola de Barnabé quanto na Didaquê, cita esse mandamento nas mesmas palavras, ao proibir o aborto e a exposição. As palavras de Lactâncio pertencem a uma passagem na qual ele trata de várias ameaças à vida humana. Além disso, vários apocalipses judaicos e cristãos observam que indivíduos que negligenciaram o "Mandamento de Deus" — obviamente o quinto mandamento — foram punidos após a morte. É mais do que provável que a expansão do quinto mandamento para abranger a exposição de crianças fosse uma antiga "tradição (judaica) dos anciãos" (cf. Mc 7.3), um regulamento não incluído na Torá, mas baseado em uma interpretação comum. Os cristãos o adotaram tão cedo quanto podemos rastrear.

Aqui, o pensamento do judeu e do cristão diferem claramente do greco-romano. Na Grécia ou em Roma, os governantes não diziam às pessoas o que fazer em sua família. A patria potestas, jurisdição do pai, era um princípio antigo e sagrado em Roma. Todos na família se encontravam sob o poder dele e ele contava, em teoria, com o ius vitae necisque — o direito de decidir quem viveria e quem morreria. No tempo de Jesus, isso pode ter sido apenas um princípio, embora o pai que matasse o filho aparentemente nem sempre fosse punido. Contudo, o poder era ilimitado em relação aos escravos e bem conhecido dos indivíduos que levavam um enjeitado para servir a pedófilos em bordéis ou o mutilavam para pedir esmola nas ruas. No entanto, a jurisdição do pai também abrangia a vida ou a morte da criança recém-nascida. Não havia o dever de aceitar ou rejeitar uma criança. Talvez o melhor exemplo, embora certamente extremo, seja originário do mundo grego. Uma mulher que convivia com Aristipo, pupilo de Sócrates, levou uma criança recém-nascida ao pai e perguntou o que deveria fazer com ela. Aristipo disse a ela para lançá-la fora. "Mas ela procede de você!", gritou a mulher. O filósofo cuspiu e disse: "Também é verdade, mas não vejo utilidade nisso".[2] A formulação pode ser extrema, mas ilustra o poder absoluto dos pais sobre os filhos, tão estranho aos escritores judeus. A sociedade pode ter esperado por mais cidadãos e procurado aumentar a população, mas eram os pais e não as autoridades que tomavam as decisões relativas às crianças individualmente.

Vários estudiosos consideraram a questão crucial, respondida de forma diferente nos mundos greco-romano e judaico-cristão, sobre o feto ser considerado um ente humano ou não. Na verdade, isso era irrelevante, pois os filósofos que criam que o feto tinha alma permitiam o aborto. Em contraste, o mundo antigo

distinguia entre o nascimento biológico e o nascimento social do ser humano. Embora os termos sejam atuais, eles revelam a diferença essencial. As famílias atenienses costumavam realizar uma festa chamada anfidromia. Sobre ela sabemos muito pouco, mas aparentemente consistia em diversos elementos de uma festa privada, em que as mulheres (?) passeavam à volta da criança, havia um sacrifício e uma festa posterior. Parece que a função tradicional do banquete era garantir que a criança fosse suficientemente forte para ser aceita na família; é claro, os pais realizavam a inspeção mais cedo. Os romanos realizavam uma festa própria chamada lustratio. O nascimento biológico não garantia a aceitação da criança na família. Esses banquetes significavam um nascimento social e que a vida fora concedida ao recém-chegado.

A visão tradicional judaica e cristã era totalmente diferente, e é mais bem expressa por Lactâncio. Ele condena a exposição e chama o ser humano de sacrosanctum animal, “uma criatura sagrada”. Isso significa que Lactâncio aplica um termo romano tradicional para ilustrar seu ponto de vista. Um tribuno do povo era sacrosanctum; isto é, não era permitido a ninguém tocá-lo ou atrapalhá-lo em seus deveres. Da mesma forma, o ser humano é santo e se encontra sob a proteção de Deus. Ele não pode ser morto no anfiteatro ou executado, mas também não pode ser abandonado quando criança. Um escritor judeu pode ter usado palavras diferentes e permitido que uma mãe judia falasse da luz que ela mesma não havia dado a seus filhos.[3] No entanto, a visão cristã, distinta e diferente da atitude greco-romana comum, foi tomada por empréstimo diretamente do judaísmo. Nem a sociedade nem os indivíduos decidem se uma criança deve ou não ser criada ou morta, só Deus, que a criou. Não é permitido aos homens apagar a luz que eles mesmos não deram.

---

[1]Oct., 30.2.

[2]Stobaeus [Estobeu], 4.24b, 30.

[3]2Mc 7.20-29.

5

Eles não abandonavam — ou abandonavam?

Os estudiosos ainda discordam em alguns pontos, em especial sobre o impacto da instrução ética judaica e cristã entre as pessoas comuns. Alguns deles enfatizam há muito tempo que as razões para a exposição não eram ideológicas, mas econômicas, e que a religião não as alterou de forma alguma. De acordo com eles, os mestres religiosos podem ter pregado o que consideravam certo, mas o povo comum fazia o que considerava necessário.

Essas alegações tocam o ponto difícil também muito bem conhecido por todos os estudiosos. A literatura antiga representa principalmente os pensamentos das classes mais altas da sociedade. Temos extensas obras produzidas pela elite, mas as pessoas comuns não escreviam tratados teológicos. A confiança cega na literatura sem dúvida apresenta uma visão distorcida da antiga realidade judaica e cristã. No entanto, contamos com diversas fontes que sem dúvida nos ajudam a entender as duas tradições.

Nossas fontes judaicas se originam em parte da Palestina e da Diáspora. Talvez seja melhor começar pela situação na Palestina. Infelizmente, devemos também tentar montar um quebra-cabeça. A única referência à consequência legal é a palavra de Josefo: de acordo com ele, a mulher que expôs seu bebê é considerada assassina. Entretanto, a população palestina incluía judeus e gentios, e não se sabe o suficiente sobre as práticas legais para descrever os procedimentos judiciais em detalhes. Jerusalém foi destruída em 70 d.C., e isso mudou tudo. Os textos rabínicos compilados cem anos após a queda da cidade não fornecem regras detalhadas. Todavia, como já foi afirmado, eles dizem o que fazer quando uma criança exposta é encontrada em uma cidade. Um ditado atribuído a um mestre influente, o rabino Judá, ilustra o pensamento rabínico: se existisse uma única mulher gentia na cidade, seria necessário pressupor que ela havia abandonado a criança. Assim, justifica-se a presunção de um forte controle social e de consequências jurídicas da exposição infantil na Palestina. Os cemitérios judeus revelaram uma taxa de mortalidade infantil muito alta e uma surpreendente igualdade entre os gêneros. Parece incomum o abandono de uma

criança, pois os textos judaicos atestam sem dúvida que os filhos eram preferidos às filhas, mas o material arqueológico não indica que as meninas eram mais abandonadas que os meninos. O segundo argumento mais pesado é o aparecimento de indivíduos cujos defeitos eram óbvios no momento do nascimento. Pseudo-hermafroditas, crianças cujo gênero estava em dúvida ou meninos criptorquídeos não costumavam ser sempre expostos, pois os textos judaicos geralmente apresentam decisões a respeito deles.

A situação na Diáspora era muito diferente da encontrada na Palestina. O povo judeu vivia geralmente em minoria, mas as situações variavam muito; em algumas cidades, os judeus formavam uma forte comunidade, mas em outras dificilmente se viam senão uns poucos judeus. De modo geral, conhece-se melhor a situação no Egito, e isso também é verdade em relação à exposição. Para ter certeza, as fontes não literárias, principalmente os papiros, atestam que as famílias judias eram tão pequenas que se pode pressupor com certeza a exposição; no entanto, as fontes nunca relatam um único caso em que uma criança foi abandonada. Sem dúvida, Filo dirigiu palavras severas contra a exposição a toda a sua audiência, que consistia em judeus e gentios. Essas passagens revelam a situação em que os judeus viviam na Diáspora: o estilo de vida dos gentios era tentador para os judeus, e o único meio de protegê-los era a instrução regular e clara. Filo faz exatamente isso em seus escritos a respeito de temas éticos em geral e da exposição de crianças em particular. Os versos de Pseudo-Focílides e da obra perdida citada na Epístola de Barnabé e na Didaquê atestam sem dúvida a mesma intenção. Os mestres judeus resolveram os problemas da vida na Diáspora por meio de instrução ética contínua. Claro, isso não poderia impedir o indivíduo de agir como Tibério Alexandre, parente de Filo: de acordo com Josefo, ele deixou seu modo de vida ancestral. Não se sabe ao certo o que isso significava, mas entendemos que o problema afetou, e ainda afeta, todas as minorias religiosas do mundo.

Com relação ao estilo de vida cristão primitivo, nossos problemas são ainda maiores. Sabe-se muito pouco a respeito da vida familiar dos cristãos primitivos. Não se pode esperar que escavações, como as de Corinto, esclareçam as práticas entre os cristãos. Os cristãos eram uma minoria entre os gentios, em todos os lugares, e não deixaram muitas coisas para serem escavadas pelos arqueólogos. Passaram-se séculos antes de as fontes arqueológicas começarem a fornecer ajuda essencial para os estudiosos. As inscrições cristãs começam a mencionar os enjeitados no início do quarto século. No entanto, sabemos apenas que um cristão pegou um bebê para alimentá-lo, mas não temos ideia de quem expôs a

criança. A lei secular passou a criminalizar a exposição no ano 374 d.C., mas os Pais continuaram a se referir aos enjeitados. As escavações na casa de banhos de Ascalom atestam que a lei de forma alguma protegia a vida dos recém-nascidos.

Assim, as crianças eram abandonadas, mas com que frequência os pais cristãos as expunham? As primeiras fontes escritas depois do Novo Testamento já deixam claro que os mestres cristãos tentavam impedir a prática por meio da instrução moral. A instrução é reiterada tantas vezes depois da Carta de Barnabé e da Didaquê que essa foi, sem dúvida, uma característica da educação moral cristã. É claro que ao mesmo tempo ela revela a consideração real do perigo. Ninguém repete as regras éticas continuamente se estiver satisfeito com o estado das coisas.

Os cristãos no Ocidente hoje vivem em um mundo em que o indivíduo toma cada vez mais decisões éticas de forma independente. As igrejas cristãs podem fornecer a instrução moral, mas a taxa de natalidade é muito baixa nos países católicos, pois são usados comumente métodos contraceptivos, e os abortos são frequentes no norte da Europa nominalmente luterano, bem como nos países de maioria ortodoxa oriental. Nessa situação, as pessoas são tentadas a projetar seu mundo conforme a vida de judeus e cristãos da antiguidade. Contudo, isso é perigoso, pois os antigos costumavam ouvir seus mestres, embora as pessoas de hoje talvez não o façam. As cidades judaicas da Palestina não eram como as cidades ocidentais hodiernas, nas quais os indivíduos decidem livremente sobre seu modo de vida, mas praticavam um forte controle social. Os Pais também influenciavam o comportamento do público. Um único e severo sermão de Agostinho foi necessário para encerrar um banquete tradicional, que levara a brigas violentas.

Tanto os mestres judeus quanto os cristãos se opunham fortemente à exposição, e isso certamente exerceu um impacto e reduziu o abandono de crianças. No entanto, não há motivo para o idealismo. Sem dúvida, entre judeus e cristãos, alguns bebês ainda eram abandonados. Por essa razão os mestres religiosos nunca se cansaram de repetir que o ato constitui um pecado grave contra Deus.

Considerações finais

Apesquisa dos textos que tratam da exposição é uma tarefa bem comovente e triste. O material inclui detalhes horripilantes, que têm muito a ensinar ao leitor atual. Ao mesmo tempo, tanto o escritor quanto o leitor devem se lembrar de que lidamos com um assunto muito delicado.

A primeira lição importante foi perceber quão de perto os primeiros cristãos seguiram os escritores judeus. Embora nem o Antigo Testamento nem o Novo Testamento incluam uma proibição inequívoca da exposição, os cristãos não tiveram dificuldade em apreender a tradição judaica. Os mestres judeus haviam relacionado a exposição ao quinto mandamento, e os cristãos seguiram seus passos. Os outros argumentos derivaram principalmente da tradição judaica, com uma exceção significativa. Ao contrário da religião que a originou, os mestres cristãos preferiam a castidade ao casamento e à vida familiar. Esse ideal não foi extraído do Novo Testamento. Quando a igreja abandonou uma atitude favorável em relação ao casamento e à sexualidade, vista no Antigo Testamento, ela não fez alterações para melhor.

No entanto, de modo geral, a instrução moral cristã era compatível com a judaica e diferia com clareza do estilo de vida greco-romano. O escrutínio dos textos que tratam da exposição indica o valor crucial da vida humana. O mundo greco-romano dividia a vida em duas áreas: uma regulada pela sociedade e outra, pelo indivíduo — no caso, o pai da criança. Não importa se o pai decidisse criar ou abandonar o filho, o papel da sociedade não era fazer objeções; reconhecia-se o direito dele, mesmo contra a intenção do bem comum. Esse direito não era reconhecido entre judeus ou cristãos, para quem o ser humano recém-nascido não estava sujeito ao poder absoluto dos pais, e sim sob a proteção de Deus. Não era permitido apagar a luz concedida por Deus. Por ter sido criado por Deus, o ser humano é um sacrosanctum animal, uma criatura sagrada, e não pode ser ferido, machucado ou morto.

A atitude judaica e cristã formou o conceito europeu de valor da vida humana. É surpreendente ver como judeus e cristãos outrora defenderam a vida da criança exposta com os mesmos argumentos usados hoje para salvar os nascituros. Além disso, o argumento mais forte “a favor da escolha” é o direito do indivíduo de

tomar decisões sobre a própria existência. Em nossos dias, isso significa não se concentrar no papel do pai, mas no da mãe e no seu direito de decidir sobre o próprio corpo. No entanto, a discussão permaneceu basicamente a mesma: as questões devem ser decididas pela sociedade e pela lei ou por um indivíduo? O mundo antigo atribuía o direito ao indivíduo. Esse é exatamente o caminho que a sociedade atual tomou. A expressão “a favor da escolha” significa o direito de o indivíduo escolher, não a sociedade. Do ponto de vista judaico e cristão, o terceiro e mais importante ator no processo foi totalmente esquecido: isto é, Deus, o Criador. Um ser humano, incluindo-se um recém-nascido ou mesmo um não nascido, é uma obra-prima de Deus, e ninguém tem o direito de destruí-lo.

Parece que a igreja demorou até apresentar uma alternativa confiável aos pais que não podiam alimentar seus filhos ou não queriam fazê-lo. Os documentos mais antigos exigem apenas que os filhos sejam criados e privam os indivíduos estéreis do direito moral de se casarem. Em epitáfios do quarto século, no entanto, alguns cristãos registram com orgulho que resgataram enjeitados e os criaram. Os Pais Capadócios, em especial São Basílio Magno, enfatizaram a responsabilidade cristã e tomaram a dianteira por iniciativa própria e contribuições imensas. Eles também demonstraram compreensão para com os pais que não podiam alimentar seus filhos, vendo-se obrigados a abandoná-los ou vendê-los. De acordo com Agostinho, virgens cristãs resgatavam enjeitados. Aparentemente, no início, os mosteiros consistiam em uma alternativa para os pais que não sabiam o que fazer.

No entanto, quais são as alternativas que a sociedade e nossas igrejas oferecem às mulheres que se sentem inclinadas a recorrer ao aborto? Alguns Pais consideravam suficiente retratar o mal e acusar; contudo, teria Tertuliano, por exemplo, outras intenções além de apresentar as evidências dos pecados do mundo? Gostaria de dizer que esse caminho foi percorrido até o fim, antes que as grandes perseguições cessassem, mas isso não ocorreu.

No tempo de Jesus, gregos e romanos contavam com um estilo de vida próprio, uma ameaça contínua à ética judaica e, mais tarde, à cristã. As minorias corriam o risco de adotar os padrões da maioria — naquela época e agora. O único método de defender a própria tradição consistia na instrução ética contínua. Ao que parece, todas as igrejas cristãs do Ocidente caminham para uma situação análoga. As novas leis implementadas pelas sociedades raras vezes apoiam o modo de vida cristão. O único método que resta é o que se encontrava disponível a judeus e cristãos: a instrução contínua, ativa e ética, que alcança os fiéis e

busca iluminar de forma ativa também os de fora.

Bibliografia

ATHENAGORAS [ATENÁGORAS]. Legatio and De Resurrectione. Edição e tradução de William R. Schoedel (Oxford: Clarendon, 1972).

BOSWELL, John. The kindness of strangers: The abandonment of children in Western Europe from Late Antiquity to the Renaissance (New York: Pantheon Books, 1988).

BUCHHOLZ, Dennis D. Your eyes will be opened: A study in the Greek (Ethiopic) Apocalypse of Peter. SBL Dissertation Series 97 (Atlanta: Scholars, 1988).

CAMERON, Averil. “The exposure of children and Greek ethics”. The Classical Review 46:3 (1932): 105-14.

CORBIER, Mireille. “Child exposure and abandonment”. In: DIXON, Suzane, org. Childhood, class and kin in the Roman world (London: Routledge, 2001): 52-73.

EYBEN, Emiel. “Family planning in Graeco-Roman Antiquity”. Ancient Society 11-12 (1980-1981): 5-82.

GORMAN, Michael J. Abortion and the Early Church: Christian, Jewish and Pagan attitudes in the Greco-Roman world (Eugene: Wipf & Stock Publishers,

1998).

GRAY, Patrick. “Abortion, infanticide and the social rhetoric of the Apocalypse of Peter”. Journal of Early Christian Studies 9:3 (2001): 313-37.

HARRIS, William V. “Child-exposure in the Roman Empire”. The Journal of Roman Studies 84 (1994): 1-22.

ILAN Tal. Jewish women in Greco-Roman Palestine: An inquiry into image and status. Texte und Studien zum Antiken Judentum 44 (Tübingen: Mohr, 1995).

———. Integrating women in the Second Temple History. Texte und Studien zum Antiken Judentum 76 (Tübingen: Mohr, 1999).

KAPPARIS, Konstantinos. Abortion in the Ancient World (London: Duckworth, 2002).

KOSKENNIEMI, Erkki. The exposure of infants among Jews and Christians in Antiquity. The Social World of Biblical Antiquity, Second Series, 4 (Sheffield: Sheffield Phoenix, 2009).

———. “Right to life and Jewish-Christian ethics in the Roman World: a case study of the fighting men and the unhappy birth”, in: LAATO, Antti; LINDQVIST, Pekka, orgs. Encounters of the children of Abraham from Ancient to Modern Times (Brill 2010): 47-73.

MOTOMURA, R. “The practice of exposing infants and its effects on the development of slavery in the Ancient World”. In: YUGE, Tōru; DOI, Masaoki, orgs. Forms of control and subordination in Antiquity (Leiden: Brill, 1988): 410-5.

NOONAN, John T. Jr. Contraception: a history of its treatment by the Catholic theologians and canonists (Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1965).

POMEROY, Sarah B. Goddesses, whores, wives and slaves: women in Classical Antiquity (New York: Schocken, 1975).

———. “Infanticide in Hellenistic Greece”. In: CAMERON, Averil; KUHRT, Amélie, orgs. Images of Women in Antiquity (London: Helm, 1983): 207-22.

REINHARTZ, Adele. “Philo on Infanticide”. The Studia Philonica Annual. 4 (1992): 42-58.

RIDDLE, John M. Contraception and abortion from the Ancient World to the Renaissance (Cambridge: Harvard University Press, 1992).

ROBERTSON, Alexander; DONALDSON, James, orgs. The Ante-Nicene Fathers: translations of the writings of the Fathers down to A.D. 325 (Grand Rapids: Eerdmans, 1951): 10 vols.

SCHWARTZ, Daniel R. “Did the Jews practice infant exposure and infanticide

in Antiquity?”, The Studia Philonica Annual. 16 (2004): 61-95.

SORANUS [SORANO]. Gynecology. Tradução para o inglês de Owsie Temkin (Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1956).

Esta obra foi composta em Adobe Caslon Pro, impressa em papel offset 90 g/m², com capa 250 g/m², na Gráfica Imprensa da Fé, em dezembro de 2023.

Gregos e romanos com frequência abandonavam seus bebês, especialmente se a criança fosse do sexo feminino, malformada ou simplesmente quando ela não era necessária. A prática, chamada de exposição, era lícita, mas mestres judeus, e depois os cristãos, fizeram de tudo para impedi-la entre os membros de seus grupos. O valor único de cada ser humano e os mandamentos de Deus foram enfatizados pelas duas religiões.

Toda vida pertence a Deus apresenta os textos mais importantes que trataram várias vezes ao mesmo tempo da exposição e do aborto. Os textos são interessantes, às vezes chocantes. Este livro não trata de fenômenos modernos, mas se espera que apresente uma nova perspectiva para os debates de hoje. Ele foi escrito para pessoas que lutam com a questão do valor da vida humana nas fases iniciais, para pastores, bem como para mestres e médicos.

Esse texto profundo de Erkki Koskenniemi demonstra os motivos que justificam essa nova visão, e parece muito urgente aceitar a dignidade da vida humana hoje, nascida ou não, para oferecer um futuro humanitário para todos nós!

Josef Spindelböck, Universidade de St. Pölten, Áustria.

Esse volume profundamente erudito, mas altamente acessível, é uma contribuição teológica vital, com implicações contemporâneas que vão muito além da questão da própria prática da exposição.

Thomas G. Guarino, Seton Hall University, Nova Jersey, Estados Unidos.

Erkki Koskenniemi é professor adjunto de Novo Testamento na University of Helsinki, University of Eastern Finland (Joensuu) e Åbo Akademi University (Turku). Também escreveu vários livros acadêmicos, especialmente sobre milagres na antiguidade clássica e no judaísmo primitivo.

VIDA NOVA
vidanova.com.br

@edicoesvidanova

ISBN 978-65-5967-232-5

9 786559 672325